

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1

2 1- Quadro político nacional e internacional

3 A VII AOSI realiza-se num quadro geral em que, como o XIX Congresso do PCP apontou, “o aprofundamento da crise
4 estrutural do capitalismo está no centro dos principais desenvolvimentos da situação internacional, tendo na explosão de
5 uma das suas mais agudas crises cíclicas o seu principal elemento e expressão.”

6 Crise que *«é muito profunda e distingue-se de anteriores crises cíclicas por se estender a todo o globo, por ocorrer em
7 simultâneo com outras expressões de crise estrutural [energética, matérias-primas, alimentar, ecológica] e por ter lugar num
8 quadro de importantes mutações nas relações internacionais»*.

9 Crise no decurso da qual se intensificam a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e dos povos, as acções de
10 agressão e ocupação militar do imperialismo em praticamente todos os continentes, a desestabilização e destruição de
11 países soberanos, a expropriação da soberania e da independência nacional em favor de instâncias internacionais sob o
12 controlo directo do capital monopolista.. Ofensiva acompanhada e preparada pela presença de um sistema mediático
13 global apostado em difundir a visão imperialista do mundo e os valores da classe dominante, homogéneo e nivelador,
14 contrário ao direito e à luta de todos os povos pela liberdade e o progresso.

15 O nosso país e a região em que intervimos são duramente atingidos. Mas esse facto não significa que os problemas hoje
16 agudizados sejam apenas o resultado do impacto de uma crise vinda do exterior. Como analisámos no XIX Congresso, “A
17 crise nacional, que os principais promotores da política de direita invocam para uma acentuação sem precedentes da sua
18 ofensiva é, sem dúvida, expressão intrínseca ao desenvolvimento das relações de produção capitalista
19 predominantemente impostas no país, e é inseparável da acção de sucessivos governos da responsabilidade do PS,
20 PSD e CDS-PP. É o resultado de quase quatro décadas de política de direita, determinada pelos interesses do grande
21 capital e subordinada à integração capitalista na União Europeia” Uma política responsável pelo estrangulamento da
22 economia nacional, pelo acumular dos défices estruturais, pela destruição do aparelho produtivo, incluindo nessa
23 destruição alargada também a produção científica, cultural e artística, pela intensificação da exploração, o crescimento
24 exponencial do desemprego e o ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo.

25 As quase quatro décadas de política de direita não são apenas responsáveis pela grave situação actual. Não são apenas
26 responsáveis pelo sistemático afrontamento, retrocesso e em muitos aspectos destruição das profundas transformações
27 económicas, sociais, culturais e democráticas que Abril permitiu e realizou. São também responsáveis pelo que impediram
28 de realizar, de construir, de desenvolver, pelo enorme potencial de trabalho criador desperdiçado, pela frustração das
29 legítimas expectativas de desenvolvimento e progresso que Abril mostra estarem inteiramente ao alcance do povo.

30 Abril, impulsionado pela aliança Povo-MFA, é construção assente no povo em movimento, o retrocesso contra Abril foi
31 sistematicamente realizado a partir do poder. Governos sucessivos integrando PS, PSD e CDS-PP em diferentes
32 combinações foram os seus executores políticos até hoje. O actual governo PSD/CDS-PP surge aos olhos dos portugueses
33 como o mais violentamente apostado em destruir direitos, em degradar condições de vida, em entregar os bens públicos e
34 os recursos do país ao grande capital transnacional, em abdicar do interesse e da soberania nacional, em afrontar o regime
35 democrático. Mas essa constatação não pode elidir a realidade de que esta acção é a continuidade, em condições mais
36 gravosas, das políticas dos governos que o antecederam.

37 À crise económica junta-se, como inevitável corolário, uma aguda crise social. E nesse quadro as profissões intelectuais
38 vêm sendo duplamente atingidas. Sectores profissionais inteiros são económica e socialmente fustigados pela quebra das
39 áreas da produção a que estão mais directamente ligados. Crescem o desemprego, a precariedade, o subemprego. E as
40 profissões e actividades intelectuais em geral são duramente afectadas na dimensão social das suas áreas de actividade.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 Quase quatro décadas de política de direita são também quase quatro décadas de resistência e luta contra essas políticas.
2 Lutas dos trabalhadores e das populações, lutas de massas e acções de protesto. Lutas por uma mudança de rumo político,
3 em que a presença dos trabalhadores intelectuais se verifica de forma crescente: enquanto trabalhadores, enquanto
4 intelectuais, homens e mulheres da ciência, da cultura, da tecnologia, da arte, da educação e do ensino, da comunicação
5 social. Que assumem o seu dever de intelectuais, contrapondo um pensamento próprio ao “pensamento único”;
6 contrapondo competência técnica e científica e responsabilidade social aos que apenas se orientam pela lógica do lucro;
7 contrapondo criatividade e iniciativa aos que tudo querem nivelar pelo mercado; contrapondo informação e investigação aos
8 que sem a desinformação perderiam o poder.

9 Esta presença crescente dos trabalhadores intelectuais na luta geral, sendo já tão significativa, está apenas no início do seu
10 desenvolvimento. Quanto mais cresça a consciência de que é inserindo-se na luta transformadora do povo que os
11 intelectuais cumprirão inteiramente o seu papel e alcançarão a plena realização das suas competências e capacidade
12 criadora, mais forte será a resistência à ofensiva em curso e a exigência da ruptura com a política de direita e mais próxima
13 estará a concretização da alternativa patriótica e de esquerda, da democracia avançada, com os valores de Abril no futuro
14 de Portugal e a construção de uma sociedade em que todo o trabalho se terá finalmente emancipado.

15 2- Áreas de actividade e as profissões intelectuais

16 2.1- A ofensiva mercantilizadora

17 Desde as últimas décadas do século XX, num processo acelerado pela derrota do bloco socialista do leste europeu,
18 verifica-se uma clara ofensiva do capitalismo no sentido da mercantilização da Educação e do Ensino e da cultura artística
19 e científica, e da apropriação e condicionamento da investigação e do trabalho intelectual em geral. Ofensiva que se insere
20 num quadro geral de hegemonia cultural e mediática do imperialismo comandado pelos EUA.

21 Esta ofensiva tem repercussões directas no nosso país: nas opções de política educativa, de políticas para a Ciência, de
22 políticas para a Cultura. Em termos institucionais têm em comum a tendência privatizadora e de desresponsabilização do
23 Estado. Em termos de opções para cada área específica têm em comum a subordinação aos interesses económicos,
24 estratégicos, ideológicos (e, em particular no caso da cultura artística, também os interesses especulativos) do grande
25 capital transnacional.

26 A coberto de uma dita “internacionalização”, do que se trata efectivamente é da aceitação pela política de direita de uma
27 divisão internacional do trabalho intelectual ao serviço do grande capital, contra o interesse nacional e o progresso, que
28 distancia e subalterniza o país em relação aos países dominantes no sistema do capitalismo. Países cujo domínio
29 económico e cujos poderosos polos científicos e artísticos exercem um efeito centrípeto sobre países mais débeis e
30 periféricos, expropriando-os dos seus melhores valores e impondo-lhes padrões de secundarização e dependência.
31 Expropriação que o fenómeno crescente da emigração de quadros intelectuais no decurso da última década torna ainda
32 mais evidente.

33 A subordinação das políticas aos interesses imediatos do grande capital tem repercussão directa

34 - na subalternização das ciências humanas e da criação artística;

35 - na instrumentalização das ciências sociais ao serviço da exploração e do retrocesso social;

36 - na cultura entendida como área estritamente económica;

37 - num sistema de Educação e Ensino socialmente discriminatório, veículo de inculcação da ideologia dominante, destinado
38 à formação de uma força de trabalho de massa de baixo perfil profissional, polyvalente e precária; e à formação dos quadros
39 necessários à gestão das relações sociais e de produção próprias do capitalismo.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 Essa **subordinação** não deve portanto ser entendida apenas no plano dos interesses imediatos do grande capital. **Deve**
2 **ser considerada também no plano do interesse da classe dominante em perpetuar a sociedade assente na**
3 **exploração, na injustiça e na desigualdade, em perpetuar o seu domínio social, político, cultural e ideológico.**

4 A ofensiva global (política, económica, social, militar) do neoliberalismo e do imperialismo vem acompanhada de uma
5 incessante e multiforme ofensiva ideológica e cultural que assume expressão nas mais diversas frentes e sob os mais
6 diversificados meios. Não se trata apenas do “pensamento único”, ou seja, do revisionismo histórico, da manipulação e
7 distorção semântica, da consagração, legitimação e naturalização da exploração capitalista e da sociedade de classes à
8 luz do idealismo subjectivista e reaccionário do final do séc.-XIX, e da negação da validade ou da possibilidade de qual-
9 quer alternativa. É a sistemática promoção do individualismo até à justificação da lei do mais forte. Da mistificação acerca
10 daquilo a que chama “empreendedorismo”, forma ideológica da velha tese do “capitalismo popular”, cuja expressão real
11 são os desesperados fenómenos do auto-emprego e da microempresa, que procuram gerar uma camada de trabalhado-
12 res-“patrões”, tão explorados como os outros, mas ainda mais desprotegidos e precários, se possível. Do consumismo
13 como única expressão de realização social e de cultura global. Da imagem sensacionalista da sociedade, que naturaliza
14 todas as formas de violência. Da sistemática fragmentação da informação e da desestruturação da memória colectiva. Da
15 promoção de todo o tipo de irracionalismos e misticismos. Da depreciação do trabalho e da exclusão, silenciamento e
16 criminalização da resistência dos trabalhadores e dos povos.

17 Para nós, comunistas portugueses, que vemos - com Bento de Jesus Caraça - “**a aquisição de cultura como factor de**
18 **liberdade**”, esta é uma frente de combate central. A efectiva hegemonia cultural e mediática do imperialismo e a sua
19 expressão nacional nas políticas de direita para a cultura, a educação, a ciência ou as artes representam um poderoso
20 adversário, mas um adversário minado de contradições internas.

21 Contradição entre a elitização de classe e o carácter de massa das áreas envolvidas, sem a qual a mercantilização não faz
22 sentido. Contradição entre as necessidades concretas de desenvolvimento e progresso especificamente no marco nacional,
23 e a imposição de meios, soluções e opções que desconhecem essa especificidade. Contradição entre a tentativa de
24 subordinação do trabalho intelectual aos interesses estreitos e imediatos do capitalismo, e a autonomia (relativa mas real)
25 do trabalho intelectual e do trabalho criador em geral. Contradição entre uma política de dependência e subalternização, e
26 as necessidades objectivas de desenvolvimento das forças produtivas, nas quais o trabalho intelectual se insere de forma
27 determinante.

28 **2.2- A intensificação do processo de exploração capitalista**

29 A intensificação do processo de exploração capitalista, de centralização e concentração do capital, que o Pacto de
30 Agressão acordado entre a tróica estrangeira FMI/BCE/UE com a tróica nacional PS/PSD/CDS-PP corporizou, tem
31 consequências extremamente gravosas nas diferentes áreas das profissões intelectuais. Tomando como fio condutor o
32 discurso da rentabilidade, da necessidade de cortes orçamentais em áreas sociais como forma de reequilíbrio da despesa
33 pública, da competitividade assente na precarização do trabalho e no rebaixamento do seu preço, na destruição dos direitos
34 colectivos, no brutal aumento de um “exército de reserva” de desempregados, os anos da tróica atingiram duramente a
35 massa dos trabalhadores intelectuais e as suas áreas de actividade.

36 **A destruição do aparelho produtivo e a redução acentuada do investimento público** tem consequências dramáticas
37 no nosso país, tanto no plano económico como no plano social e do desenvolvimento soberano de acordo com o interesse
38 nacional. **Tornou o país mais subalterno no quadro da divisão internacional do trabalho, não apenas do trabalho**
39 **directamente produtivo mas no da produção intelectual em geral.** Com o trabalho de investigação - seja para as
40 empresas nacionais seja ao serviço do Estado - suspenso, inviabilizado ou condicionado por critérios economicistas. Com o

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 trabalho de criação cultural e artística sem apoio, financeiramente asfixiado, entregue às lógicas do “mercado”. Com a
2 queda vertical de um sector da construção civil dominado pela especulação imobiliária e dependente da encomenda pública,
3 arrastando consigo todo o trabalho de concepção e de direcção técnica da obra e o conseqüente desemprego de milhares
4 de arquitectos, engenheiros, urbanistas e outros técnicos ligados às áreas da construção e do ordenamento e qualificação
5 do território.

6 **O processo de concentração e de centralização do capital que - seguindo as regras económicas do capitalismo –**
7 **conduz à liquidação das empresas de menor dimensão e à constituição de grupos monopolistas, verificou-se com**
8 **grande impacto em diversas áreas.** Acentuou-se na comunicação social, com a compra de jornais locais e,
9 particularmente, de rádios, locais e/ou de menor dimensão, homogeneizando, uniformizando e centralizando a informação,
10 a música e outros aspectos culturais divulgados e reduzindo os quadros de pessoal, com o despedimento de centenas de
11 trabalhadores.

12 Acentuou-se a articulação entre os grupos que dominam a comunicação social, os grupos multimédia e áreas da cultura
13 mediática de massas e das áreas do espectáculo comercial. Aos grandes grupos de comunicação social juntam-se as salas
14 de espectáculos, a associação a alguns museus públicos, as produtoras e as empresas de publicidade. Forma-se assim um
15 férreo mecanismo de selecção do que é produzido e divulgado na música, no teatro, no cinema, mesmo nas artes plásticas
16 e no património, nas áreas culturais em geral.

17 Acentuou-se área da edição cujo mercado passou, num processo de sucessivas concentrações, a ser dominado por dois
18 grandes grupos (Porto Editora e Leya). O facto de existirem ainda numerosas pequenas editoras não altera o facto de estes
19 dois grupos exercerem um duopólio virtual. Para além dos aspectos gerais relativos ao controlo que ambos assumem sobre
20 a edição literária em geral, é necessário destacar que ambos dominam a edição de livros escolares e, desse modo, em
21 articulação com as retrógradas concepções curriculares definidas pelo ministério da educação, assumem um influente
22 papel na formulação de conteúdos e métodos de ensino.

23 O processo de concentração verifica-se igualmente nas empresas ligadas às profissões liberais tradicionais. Verifica-se na
24 liquidação dos pequenos escritórios de advogados, de arquitectos, de engenheiros, enquanto as grandes empresas
25 concentram toda a encomenda.

26 **Os grandes grupos constituídos estão em regra associados a grupos transnacionais.** O grande capital transnacional
27 concentra em cada grupo as mais diversas áreas, desde a indústria à energia à saúde e aos serviços, passando pelas
28 áreas da cultura e dos grupos multimédia. Nesse sentido, cada grande grupo capitalista está hoje em condições de
29 influenciar e condicionar a produção e a difusão do saber, da investigação, do conhecimento, da cultura artística e científica
30 em função dos objectivos económicos, ideológicos e políticos da classe dominante.

31 Tal como tem sido sublinhado em sucessivas Resoluções Políticas das AOSI, **existe e acentua-se um processo de**
32 **compressão da autonomia relativa e de instrumentalização do trabalho intelectual por parte do grande capital.** Esse
33 processo condiciona e afecta, em primeiro lugar, os elementos de criatividade e de liberdade que o trabalho intelectual
34 incorpora. Condiciona e contraria o direito do povo português ao acesso à cultura, à informação, à educação, ao
35 conhecimento. Condiciona e contraria que o país se desenvolva e afirme, de forma soberana e segundo os interesses e
36 aspirações do seu povo.

37 **Este processo é acelerado, no quadro da generalizada condição de assalariamento dos trabalhadores intelectuais,**
38 pelos baixos salários, pelo aumento da exploração, pela ausência de direitos sociais e laborais, pelo desemprego e a
39 competição entre trabalhadores, pela precariedade extrema, pela crise dos sectores sociais e culturais em que se inserem.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 Este processo assenta na instrumentalização do trabalho intelectual e na violação das deontologias profissionais;
2 sacrificadas ao serviço do capital e dos seus interesses e objectivos ideológicos, económicos e políticos. O capital, que
3 proletariza a grande massa dos trabalhadores intelectuais, investe e promove uma pequena elite de entre eles. O que
4 destaca essa elite não é necessariamente a qualidade profissional, artística ou científica, mas a eficácia em dar expressão
5 e justificação pública a esses interesses. É esse o papel atribuído a alguns cientistas políticos, filósofos, cientistas sociais,
6 analistas, jornalistas, economistas ou juristas. Na maior parte dos casos, mais do que “intelectuais orgânicos” são meros
7 reprodutores de um discurso em cuja produção participam de forma limitada. Ou seja, a autonomia relativa do seu trabalho
8 intelectual é também objecto de compressão. Entre essa elite e a grande massa dos trabalhadores intelectuais existe uma
9 ruptura objectiva. Mas isso não significa que exista igualmente uma ruptura subjectiva, e que essa elite não exerça
10 influência significativa no interior de cada grupo profissional.

11 O carácter de massa de muitas das profissões intelectuais gera outros processos de diferenciação e dependência interna.
12 Essa diferenciação resulta sobretudo da alteração do estatuto liberal, que colocava os trabalhadores intelectuais em
13 concorrência mais ou menos limitada. A condição liberal foi generalizadamente substituída pelo assalariamento, e muitos
14 trabalhadores intelectuais são assalariados por intelectuais patrões. É esse hoje um dos traços que identifica o carácter
15 heterogéneo desta camada intermédia. Um traço que persiste paralelamente à contradição entre as pequenas empresas
16 nestas áreas e os mecanismos trituradores das suas actividades e perspectivas comandados pelo grande capital e os
17 governos ao seu serviço.

18 Heterogeneidade interna. Heterogeneidade na origem social e nos tipos de actividade. Heterogeneidade resultante, em
19 algumas profissões, da situação real de proletarização actual em contraste com a nostalgia de uma situação anterior – em
20 muitos casos imaginária – de elite social e profissional, situação que não voltará a existir. Heterogeneidade na relação com
21 a produção material e na relação com a classe operária e os outros trabalhadores. **O carácter heterogéneo e**
22 **internamente contraditório dos intelectuais enquanto grupo social exige um profundo conhecimento concreto da**
23 **situação dentro de cada área de actividade, de forma que às condições objectivas que os aproximam dos outros**
24 **trabalhadores se associem os elementos de compreensão de que o compromisso social, cultural, técnico e**
25 **científico das suas áreas respectivas está em contradição directa com os interesses e objectivos do grande capital,**
26 **e é inteiramente coincidente com os direitos, interesses e aspirações do povo e do país.**

27 **2.2.1- Arqueólogos**

28 A maturação da Arqueologia enquanto disciplina científica não foi acompanhada pelo devido investimento na formação
29 universitária e na investigação científica, nem na justa institucionalização das condições laborais dos trabalhadores desta
30 área.

31 No contexto do desinvestimento em geral na Cultura, o Património Cultural tem vindo a ser profundamente afectado por via
32 da falta de verbas e pelas constantes alterações orgânicas na tutela. A falta de investimento nas universidades e na
33 investigação, bem como a precariedade dos trabalhadores deste sector contribuem para o estado de abandono em que se
34 encontra a maior parte do património arqueológico português.

35 As mudanças que os últimos governos implementaram no ensino superior têm degradado a qualidade da formação dos
36 arqueólogos. O processo de Bolonha implica um maior esforço económico por parte dos estudantes e suas famílias, sendo
37 o grau de mestre indispensável aos arqueólogos. À luz do novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, na prática, a
38 direcção dos trabalhos só pode ser entregue aos detentores desta qualificação. Os licenciados de Bolonha apenas podem
39 fazê-lo desde que tenham 100 créditos curriculares na área da Arqueologia, estejam sob a orientação de um arqueólogo
40 habilitado e exclusivamente em trabalhos de prospecção de carácter não intrusivo e em contexto de formação académica.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 A grande maioria dos arqueólogos portugueses trabalha a falsos recibos verdes, por conta de outrem. Não têm direito a
2 subsídio de férias e de Natal, subsídio de alimentação ou deslocação, muitas vezes têm de usar viatura própria em obra.
3 Um arqueólogo que trabalhe para uma empresa é remunerado, em média, a €50/dia ou menos. Se calcularmos os
4 descontos relativos ao pagamento do IRS e da Segurança Social, o seu vencimento ronda os €33/dia, ao qual terão ainda
5 que descontar o montante variável referente ao pagamento do seguro de acidentes de trabalho, EPI, material de trabalho,
6 entre outras despesas.

7 Muitas vezes, as empresas responsáveis não pagam nos dias em que não se trabalha, por motivos alheios aos
8 arqueólogos, e muitas furtam-se ao pagamento da fase de produção de relatório. É também recorrente a prática de não
9 pagamento atempado de salários e, frequentemente, muitos trabalhadores não conseguem receber a totalidade do
10 montante que lhes é devido.

11 O trabalho em Arqueologia, além do grau de especialização técnica, pode implicar também grande desgaste para os
12 trabalhadores que têm de desempenhar tarefas pesadas em trabalhos de escavação, nomeadamente aqueles que
13 desenvolvem a sua actividade em contexto de obra, com prazos apertados e pouco pessoal. Esta realidade, a par das
14 doenças profissionais que surgem no trabalho de obra, dita que as carreiras sejam relativamente curtas e exista um
15 elevado abandono profissional.

16 As políticas laborais dos últimos governos têm penalizado muito os arqueólogos e os trabalhadores do Património,
17 arrastando-os para uma situação de trabalho precário. As empresas têm toda a liberdade para explorar uma grande massa
18 de mão-de-obra especializada com a total cumplicidade do Estado, seu principal cliente. Os lucros destas empresas
19 assentam essencialmente na possibilidade de se não comprometerem na contratação de trabalhadores efectivos, furtando-
20 se a prestações e obrigações sociais.

21 Por outro lado, as próprias instituições públicas favorecem a precariedade laboral destes trabalhadores através da
22 contratação a prazo, da aquisição de serviços a empresas de trabalho temporário, ou a trabalhadores independentes (os
23 falsos recibos verdes).

24 2.2.2 - Arquitectos

25 A VI AOSI identificou um conjunto de factores que na altura tornavam a actividade dos arquitectos particularmente
26 vulnerável à crise no sector da construção civil – no quadro de uma crise estrutural de um capitalismo fortemente
27 financeirizado - cuja bolha especulativa já rebentara então. A situação actual confirma que o colapso desse sector e a
28 enorme quebra no investimento público arrastaram a situação dos arquitectos portugueses para uma profunda crise. Esta
29 crise tem particular impacto na área da ORL, onde se concentram perto de dois terços dos serviços prestados nesta área.

30 Segundo um estudo de 2013, Portugal tinha então a mais elevada taxa de desemprego de arquitectos de entre todos os
31 países europeus. Os arquitectos portugueses auferiam os mais baixos rendimentos enquanto na encomenda, pública ou
32 privada, se verificava uma queda vertical.

33 Mas não são apenas os factores mais recentes que geraram esta crise. Ela resulta igualmente de uma inserção da
34 arquitectura na sociedade que não fez corresponder ao crescimento exponencial do número de arquitectos um outro papel
35 da arquitectura numa perspectiva de qualificação e desenvolvimento urbano e territorial orientada pelo interesse público.
36 Resulta de um mercado da encomenda - público e privado - desqualificado, que privilegiou em geral o projecto mais
37 rotineiro, mais medíocre, mais rápido e mais barato. Resulta de uma acção do Estado que se assumiu como um dos
38 principais incentivadores da acção especulativa sobre o território. Resulta de um acesso à encomenda cada vez mais
39 distorcido, restrito e desigual, em que os interesses dominantes favoreceram a concorrência desleal, as adjudicações pelo
40 preço mais rebaixado, as adjudicações directas por parte do Estado e de entidades públicas às respectivas clientelas –

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 politicamente situadas, em regra, no “bloco central”- como sucedeu de forma particularmente escandalosa com a Parque
2 Escolar do governo Sócrates.

3 Numa profissão em que a grande maioria dos seus membros tem menos de 45 anos, o desemprego, a precariedade, a
4 instabilidade profissional, a emigração e o abandono da profissão são a regra. Enquanto se formavam em Portugal as mais
5 numerosas e qualificadas gerações de arquitectos da sua história, o Portugal construído era a imagem viva da ganância e
6 da mediocridade que tem dominado a especulação imobiliária.

7 Enquanto existe um excedente de fogos construídos em relação ao número de famílias que se aproxima dos 2 milhões,
8 vemos novamente no nosso país duas e três gerações alojadas na mesma habitação. O capitalismo, comandado pelo
9 sistema financeiro, obrigou as gerações mais recentes a adquirirem as suas próprias casas e agora, evidenciando a sua
10 natureza exploradora e desumana, expulsa milhares de famílias do tecto que julgavam ter adquirido.

11 A resposta a esta situação exige a compreensão que um dos direitos da sociedade é **o direito à arquitectura**. A grande
12 maioria da sociedade portuguesa que está vitalmente interessada nesse direito.

13 **Em primeiro lugar, todos os que querem o direito à habitação** tal como deve ser entendido: com o devido desafogo de
14 espaço adequado à dimensão e às características do agregado familiar; inserido numa estrutura – urbana ou não – estável,
15 devidamente equipada e ambientalmente qualificada; onde não exista nem isolamento, nem perda de privacidade, nem
16 segregação espacial; onde a deslocação, o convívio, o lazer, o trabalho sejam fáceis e seguros.

17 **Em segundo lugar, as populações**, que têm direito a um espaço construído organizado e infra-estruturado, a um espaço
18 público estimulante da apropriação e do viver colectivo; a uma organização territorial onde trabalho, saúde, educação,
19 cultura estejam próximos e acessíveis; a um património construído preservado, revitalizado e requalificado; a um sistema
20 de decisão em que a sua opinião seja informada e a sua voz seja ouvida.

21 **Em terceiro lugar, todos os que possuem uma competência técnica, cultural e científica específica e adequada** para
22 a intervenção nesse complexo universo social, económico e cultural: os arquitectos, com a sua insubstituível formação
23 multidisciplinar; os engenheiros e outros técnicos, com as suas múltiplas especializações; os outros especialistas das
24 ciências sociais e humanas que estudam o território e quem o ocupa.

25 **Em quarto lugar, toda a pequena e média actividade ligada ao sector da construção**, que a dependência das grandes
26 empresas e a crise do sector financeiro arruinaram. Que encontrará no direito do povo à arquitectura as condições para
27 renascer e se reanimar, com o enorme volume das múltiplas pequenas obras que é necessário realizar; com a revitalização
28 das profissões e das especialidades tradicionais; com a requalificação técnica que as novas condições de independência
29 das grandes empresas lhe exigirão.

30 **2.2.3 - Artistas Plásticos**

31 Consideram-se artistas plásticos o universo dos formados em artes plásticas e que mantêm um vínculo mínimo a esta
32 actividade e profissionais, com formação noutras áreas, que por ligação efectiva à actividade artística a si mesmo se
33 consideram artistas e assim são também reconhecidos.

34 No universo da arte contemporânea incluem-se hoje um vasto leque de ramos disciplinares e respectivos cruzamentos.
35 Resultam da tradição e da oferta formativa, por um lado, cruzada com um campo de escolhas individuais imenso, num
36 desenvolvimento que tende a esbater as fronteiras com outras expressões artísticas e dimensões da actividade humana.

37 A maior parte dos artistas é forçada a exercer outra actividade profissional de subsistência, sem contudo perder nunca o
38 vínculo à actividade artística.

39 Uma das formas de exercício da actividade artística é a da prática das designadas *artes livres*, artes apenas destinadas à

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 apresentação pública e venda, não determinadas por condicionantes de uso utilitário ou decorativo, e em que as técnicas e
2 as disciplinas têm para com os projectos uma relação dialéctica, segundo a qual são, em maior grau, simultaneamente
3 determinantes e determinadas.
- 4 O carácter mercantil e elitista do sistema de funcionamento das artes tornou esta actividade, enquanto profissão e modo de
5 subsistência, um privilégio de poucos. À maioria dos artistas plásticos resta a possibilidade de trabalhar contínua ou
6 intermitentemente, sem qualquer retribuição pelo trabalho realizado. Estes procuram a sua subsistência nas artes aplicadas ou
7 industriais, no ensino, em actividades conexas, cada vez mais frequentemente noutras actividades para as quais não se
8 qualificaram ou mesmo em áreas de trabalho não-qualificado.
- 9 As artes aplicadas ou industriais – também com as suas áreas próprias de formação académica – são artes de projecto
10 destinadas à concepção e fabrico de objectos de valor utilitário ou decorativo, seja de produção artesanal, de pequena série
11 ou de produção industrial, tais como objectos de decoração, vestuário, ilustração técnica, publicidade, etc. Um número
12 considerável de artistas encontra a sua vocação nestas áreas.
- 13 A maioria dos formados em artes plásticas encontrava emprego, por vocação ou necessidade económica, no ensino
14 artístico. Ainda é assim. Contudo, o desinvestimento do Estado, a reforma de Bolonha e as alterações curriculares impostas
15 pelas políticas neoliberais, de empobrecimento acentuado dos programas escolares, lançaram dezenas de milhares de
16 professores de artes e de educação visual e tecnológica no desemprego.
- 17 Alguns artistas plásticos realizam trabalho de curadoria, programação e produção. Outros prestam assistência a artistas de
18 renome ou trabalham na gestão de equipamentos artísticos.
- 19 A imensa maioria daqueles que trabalham nesta área só pode nela encontrar alguma forma de rendimento enquanto
20 trabalhador assalariado, por regra precário e sem contrato, sob o regime fictício de prestador de serviços. O atraso
21 estrutural no desenvolvimento cultural do país, o afunilamento e restrição drástica no acesso aos meios de produção e
22 apresentação, resultante do desinvestimento do Estado, da mercantilização e da elitização profundas do sistema de
23 funcionamento das artes, conjuntamente com a liberalização acentuada das leis laborais, empurra aqueles que de alguma
24 forma persistem em viver, ainda que parcialmente, da sua arte, a uma condição de extrema precariedade, alternando com
25 momentos de desemprego, sem direito ao respectivo subsídio, sem direitos laborais de espécie nenhuma, sem acesso a
26 muitos dos benefícios da segurança social – que contudo têm de pagar pesadamente – a cobro da condição de falso
27 trabalhador independente.
- 28 As artes plásticas são a única actividade profissional onde é formalmente admitido o trabalho sem retribuição de espécie
29 alguma. Com a ilusória perspectiva de uma venda futura de obras, os artistas trabalham para a apresentação das suas
30 obras aceitando como única compensação a cedência de um espaço para a sua “divulgação”. É pois a única das artes cuja
31 fruição é gratuita e cuja retribuição é apenas garantida pela compra do objecto do seu trabalho, enquanto mercadoria.
- 32 Nos últimos anos, tem-se assistido a um empobrecimento acentuado de um número considerável de trabalhadores das
33 artes; tanto daqueles que nelas se mantêm activos, como de outros que antes haviam recorrido ao ensino. Este
34 empobrecimento e a frustração dele decorrente têm gerado três soluções nefastas: itinerância e instabilidade profundas e
35 emigração, no melhor dos casos, ou desistência e abandono definitivo da actividade.
- 36 A solução de fundo que permitirá a libertação do potencial artístico, em cuja formação o país continua a investir, e
37 assegurará a liberdade e a diversidade de criação, é uma outra política para a cultura, consubstanciada num sistema de
38 apoio à criação contemporânea, qualificado e adequado às necessidades do país, e no correspondente financiamento
39 público, que rompam com o espartilho do sistema assente no critério comercial das galerias e do mecenato.
- 40 Assim, os artistas plásticos, a par de outros criadores e trabalhadores da cultura, devem tomar como sua a exigência de 1%

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 do PIB para a cultura, no orçamento do estado.

2 2.2.4 - Ciências sociais

3 Numa conjuntura marcada por uma excepcional ofensiva contra as conquistas civilizacionais do século XX, os cientistas
4 sociais comunistas têm de contribuir para a construção de soluções e alternativas políticas que libertem a nossa sociedade
5 da ditadura do capital financeiro.

6 Preparados para analisar os processos sociais, no passado e no presente, sob diferentes perspectivas disciplinares, estão
7 em posição privilegiada para refutar a ideologia dominante baseada numa mistificação do papel dos mercados e da
8 iniciativa privada no progresso económico; na inevitabilidade dos seus efeitos sociais; na negação da luta de classes no
9 avanço civilizacional; e na inexistência ou invalidade de instrumentos políticos que possam regulamentar a economia e a
10 sociedade em benefício da generalidade da população e não dos interesses de uma elite.

11 Os economistas, especialmente os que vão entrando na profissão, estão extremamente vulneráveis à teoria que lhes
12 incutem como única, acabada e definitiva, transformada em doutrina exacerbadora do individualismo, do mercado como a
13 optimização das relações em sociedade, nunca referindo outra Economia Política, estruturante de uma sociedade mais
14 justa. Acresce que as formações curriculares, nas escolas de economia e gestão nem de longe abordam a formação
15 integral de um cientista social, pois ao escamotear um mínimo conhecimento do processo histórico e das correntes
16 filosóficas que o acompanham, acabam por produzir “robots”, bem preparados nos métodos quantitativos, na construção
17 de modelos, mas desligados da realidade exploradora do modo de produção onde se inserem.

18 Entre estes profissionais, existem aqueles que se encontram enfeudados aos grandes grupos económicos e principais
19 potências da União Europeia. Ao serviço destes interesses manipulam os modelos de análise económica, sociológica e
20 histórica, procurando inculcar na consciência das massas os pressupostos ideológicos em que assenta o actual sistema
21 económico. Continuam a defender obstinadamente o paradigma neoliberal e procuram justificar como inevitáveis e
22 necessários o aumento da exploração, o empobrecimento, a destruição das funções sociais do Estado e a alienação de
23 empresas e sectores estratégicos para o desenvolvimento do país. Para evitar a contestação social, procuram branquear o
24 papel histórico dos grupos monopolistas e dos governos ao seu serviço na promoção da miséria, da guerra e da violência
25 política e desvirtuar os progressos alcançados pela luta dos povos na promoção do desenvolvimento económico, da Paz e
26 da prosperidade social.

27 No entanto, a evidente falência das políticas neoliberais abre perspectivas favoráveis para a resistência a este processo e
28 para uma ruptura com o pensamento dominante. É fundamental que os cientistas sociais comunistas intervenham nos
29 debates científicos em torno dos processos históricos e sociais que marcam a contemporaneidade, clarificando quais os
30 agentes e os interesses conflituais envolvidos e denunciando as perspectivas revisionistas que procuram obscurecer a
31 capacidade de participação das massas populares na defesa dos seus interesses, as alternativas de organização social
32 experienciadas ao longo da história e as propostas teóricas e práticas do marxismo-leninismo.

33 É também imprescindível que contestem as políticas de financiamento supra descritas, integrando as suas associações
34 profissionais e mobilizando os seus colegas para a participação nos diversos movimentos unitários em defesa do
35 investimento na cultura para todos, na educação pública e na investigação científica. É de sublinhar que uma cada vez
36 maior parte da comunidade científica depende de bolsas de investigação, pelo que é de destacar o papel da Associação
37 dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), através da qual os jovens cientistas sociais devem reivindicar o direito a
38 uma carreira digna.

39 2.2.5 Comunicação Social

40 No actual quadro político a situação da comunicação social (CS) portuguesa compreende seis tendências essenciais:

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 - Desvalorização da força de trabalho patrocinada pelo esvaziamento dos direitos laborais e da contratação colectiva, pela
2 precarização, pelo desemprego e pela polivalência funcional, particularmente dos jornalistas, amarrados a contratos de
3 trabalho com previsão de disponibilidade para todas as plataformas;
- 4 - Redução formal e material da autonomia relativa dos trabalhadores da CS no âmbito profissional, ideológico e sindical,
5 acentuando a alienação destes trabalhadores do seu próprio trabalho e esvaziando a democracia das redacções;
- 6 - Consolidação do oligopólio da CS por 6 grandes grupos financeiros que controlam toda a informação e o conjunto das
7 publicações periódicas: Media Capital, Global Media Group, Cofina, Impresa, Sonae e Impala;
- 8 - Homogeneização das linhas editoriais em torno da ideologia da classe dominante; Progressiva redução de qualidade das
9 notícias, resultante da crescente dependência acrítica das grandes agências de informação, no plano internacional, das
10 agências de comunicação e das assessorias de imprensa, no plano nacional, e no desrespeito pelo código deontológico do
11 jornalismo;
- 12 - O impacto das novas tecnologias, com a adaptação técnica, económica, empresarial e profissional do sector às novas
13 plataformas digitais, corporizada na perda da importância do formato impresso e a aposta num “modelo de negócio” exclu-
14 sivamente preocupado com o aumento dos lucros e a manutenção do controlo da opinião pública.
- 15 Esta conjuntura assume expressões dramáticas nas vidas dos trabalhadores do sector: hoje em dia, os trabalhadores da
16 CS ganham cada vez menos e trabalham cada vez mais, vêem os horários de trabalho continuamente alargados e laboram
17 sob vínculos contratuais cada vez mais frágeis. O actual e os sucessivos governos PS-PSD-CDS são responsáveis, na
18 mesma medida, por esta situação, apenas possível num quadro legal de desregulamentação e desvalorização do trabalho.
19 Mais concretamente, o actual Estatuto do Jornalista, contribui decisivamente para o extremar destas injustiças, corporizan-
20 do um regime sancionatório sem precedentes, que permite, entre outras coisas, a alteração do trabalho do jornalista sem o
21 seu consentimento e a utilização não remunerada desse trabalho por outros órgãos e plataformas do grupo. Assim, temos
22 cada vez menos trabalhadores a trabalhar para cada vez mais órgãos.
- 23 No entanto, os despedimentos, os cortes salariais, a retirada de direitos, a proliferação de falsos estágios - curriculares e
24 profissionais com financiamento do IEFP e a precarização dos vínculos laborais dos trabalhadores da CS são fenómenos
25 que não obedecem apenas a objectivos financeiros dos respectivos grupos monopolistas. Estes mecanismos traduzem
26 também o interesse do capital em circunscrever toda a informação à cofragem do seu pensamento único, reduzindo a CS
27 à estrita função de reprodução, manutenção e legitimação da dominação da grande burguesia. Nesta esteira, os
28 jornalistas vêem progressivamente coarctada a sua autonomia relativa, as linhas editoriais convergem à direita e os
29 conselhos de redacção são depreciados, num quadro em que a Associação portuguesa de Imprensa pretende impor,
30 através da contratação colectiva, uma ainda maior degradação das condições de trabalho.
- 31 Assim se compreende, por exemplo, que os despedimentos colectivos no Global Media Group (ex-Controlinveste), de 122
32 trabalhadores em 2009 e mais 160 em Junho de 2014, tenham atingido sobretudo os trabalhadores mais antigos: eliminam-
33 se direitos conquistados e memória nas redacções ao mesmo tempo que se substituem jornalistas por estudantes ou re-
34 cém-licenciados, sem título profissional para o exercício do jornalismo.
- 35 Paralelamente, a submissão da CS ao primado do lucro não se compadece de normas deontológicas e, à medida que o
36 poder económico se reforça no sector e a fragilização dos jornalistas e do jornalismo aumentam, a mentira e a manipulação
37 grosseira banalizam-se e a informação veiculada desbarata a pluralidade, a qualidade e o rigor. Esta tendência incide com
38 especial visibilidade na informação internacional: num momento em que as principais agências noticiosas mundiais produ-
39 zem 75% de toda a informação internacional, a função do jornalista português fica limitada à transcrição e tradução de
40 tabelião.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 No horizonte próximo, perspectiva-se o agravamento desta situação, assumindo particular gravidade no sector público, com
2 a já anunciada intenção de alienação da participação maioritária do Estado na Agência Lusa, a ausência de vontade política
3 de dotar a RTP de meios necessários ao cumprimento da sua missão de serviço público de rádio e televisão, constitucio-
4 nalmente consagrado.

5 2.2.6 - Cultura literária

6 A criação literária (e sobretudo o processo da sua difusão) está crescentemente condicionada pelo processo geral de mer-
7 cantilização da cultura. De entre tudo o que é escrito, as grandes empresas editoriais que dominam o universo da edição e
8 da distribuição privilegiam o que seja rentável e produza lucro imediato. Critério que não exclui (pelo contrário) uma escolha
9 que é também de ordem ideológica e de formatação e normalização do produto literário que mercantilizam. Neste quadro é
10 cada vez menos a poesia publicada e quase nenhuma a dramaturgia, particularmente de autores portugueses.

11 Essa escolha atinge o próprio momento da criação, em interferências do editor na actividade do escritor, no sentido de que
12 produza textos que correspondam ao gosto padronizado do que entendem como «grande público». Abrange os circuitos de
13 difusão e comercialização, em que os circuitos próprios de distribuição e os locais especializados de venda desaparecem e
14 se integram nas “centrais distribuidoras” do grande comércio. Condiciona a recepção da obra, com a rarefacção da crítica,
15 sobretudo na imprensa escrita (e o seu desaparecimento no audiovisual), o acentuar da desproporção entre os negócios
16 que envolvem a literatura, e os dos conteúdos que com ela procuram confundir-se. Uma boa parte dos livros de maior vo-
17 lume de vendas deve o seu sucesso a factores alheios à própria obra.

18 O conhecimento existente das condições materiais em que o escritor exerce a sua actividade permite dizer que, salvo pou-
19 cos nomes, raros são os que conseguem viver apenas com esta actividade. As condições em que são feitos os contratos de
20 edição (quando são feitos) e a sua observância são aspectos relevantes no relacionamento escritor/editor, cada vez menos
21 um relacionamento de aconselhamento e troca de opiniões para a melhoria da obra, antes sobretudo a imposição, por parte
22 do editor, de um conjunto de aspectos que possam ser capitalizados financeiramente. O mesmo se pode afirmar quanto aos
23 ilustradores, criadores artísticos cuja actividade é essencial nomeadamente no domínio da literatura para crianças.

24 As políticas dos Governos têm retirado condições de trabalho e incentivos aos criadores; a Secretaria de Estado da
25 Cultura, a agora Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e outras entidades são ausências evidentes na
26 área da literatura; foram extintas bolsas de apoio a projectos por parte do Estado; as bibliotecas públicas encontram-se
27 há anos sem actualização de títulos e outros recursos.

28 A SPA e a APE podem conjugar esforços em defesa de políticas de apoio à criação literária e de defesa generalizada do
29 acesso ao livro e à leitura.

30 A literatura, o livro e a leitura tiveram e têm influências históricas na formação e evolução da humanidade, na consciência
31 e libertação dos povos e, nomeadamente, das classes trabalhadoras, sendo, por isso, primordial a sua defesa por um
32 Partido como o nosso.

33 Com o Esteiro de Setembro de 2015 completam-se 5 anos de edição regular do boletim semestral do Subsector da
34 Cultura Literária, com a tiragem de mil exemplares e distribuição gratuita, pugnando pelo exercício da criação literária
35 sem intromissões censórias de nenhum tipo e cujo acesso à generalidade dos leitores seja garantido.

36 2.2.7 - Designers

37 Com uma tardia e difícil afirmação no nosso país, grande parte das perspectivas de desenvolvimento do design foram
38 cerceadas com a destruição do aparelho produtivo nacional, em especial do sector das pequenas e médias empresas que

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 constituíam maioritariamente a sua zona de acção. Da mesma forma que a indústria nacional se foi tornando
2 crescentemente subsidiária da grande produção localizada em países mais desenvolvidos, também o design industrial foi
3 centralizado como elemento estratégico nas sedes centrais das multinacionais.
- 4 Compreende-se assim que, das suas especializações dominantes originárias – o design industrial ou de produtos e o
5 design gráfico ou de comunicação – seja o design gráfico aquele que tem actividade mais relevante.
- 6 Depois de um período em que parecia tratar-se de uma actividade em crescimento, é hoje dos sectores mais duramente
7 atingidos pela queda da produção industrial e da actividade económica em geral, e não apenas no nosso país, porque
8 alguns dos profissionais do design exerciam a sua actividade em regime de teletrabalho, situação que os instrumentos
9 informáticos hoje disponíveis e a transmissão de dados via internet facilitavam.
- 10 As associações profissionais existentes têm uma reduzida expressão, entre outras razões devido à grande pulverização da
11 actividade e à sua ainda fraca implantação na sociedade portuguesa.
- 12 Uma das contradições mais evidentes do papel do design na economia de hoje é, por um lado, o seu desenvolvimento
13 paralelo com o do restante desenvolvimento técnico-científico, acompanhando a acelerada industrialização, a revolução
14 tecnológica, as exigências de racionalização no fabrico e no consumo e as necessidades de melhoria – ainda que
15 temporária – na qualidade de vida das massas, fruto de duras conquistas da luta dos trabalhadores, no século XX, e, por
16 outro lado, o desenvolvimento histórico da profissão do design, condicionado pelo desenvolvimento do capitalismo e das
17 suas necessidades de exploração extrema, de inovação e renovação de mercadorias.
- 18 A realidade do trabalho e dos trabalhadores do design em Portugal, as suas dificuldades e anseios, são condicionados pela
19 mais violenta ofensiva de direita, conduzida pelos governos do PSD, do PS e do CDS, contra o valor do trabalho, contra as
20 necessidades de desenvolvimento económico, social e cultural do povo português e contra o papel do trabalho intelectual
21 nesse desenvolvimento.
- 22 Tal como acontece com as restantes áreas do trabalho intelectual, o trabalho dos designers caracteriza-se por uma
23 segmentação em múltiplas formas de regime laboral, desde o trabalho assalariado, em empresas e organismos do estado,
24 a prestação de serviços, em regime de falso ou verdadeiro recibo verde, autodenominados freelancers, e, finalmente, o
25 regime de empresário em nome individual, em que se combina a qualidade de prestador e contratante de serviços.
- 26 Acresce uma realidade: a dos estágios não-remunerados, autêntico exército de escravos de novo tipo, resultado da
27 completa ausência de escrúpulos por parte do patronato, numa situação de impunidade permitida pela nova ofensiva das
28 políticas de direita e acondicionada por uma campanha ideológica de promoção do empreendedorismo e de combate a
29 direitos históricos conquistados.
- 30 A segmentação de regime laboral é a forma de adequar trabalhadores e trabalho às necessidades do sistema capitalista.
31 Na sua fase actual, o capitalismo necessita de alcançar um novo patamar de acumulação e concentração, de exploração
32 extrema e da consequente obtenção de altíssimas taxas de lucro. Em suma, a adequação a uma situação de extrema
33 mercantilização da sociedade e do trabalho.
- 34 Esta variedade de regimes de vínculo laboral cria diferenciação de interesses e de preocupações entre os diferentes tipos
35 de trabalhadores, cria dificuldades à sua organização colectiva e à tomada de consciência da sua qualidade de
36 trabalhadores altamente explorados.
- 37 A dificuldade dessa tomada de consciência, típica entre as camadas de trabalhadores intelectuais, resulta, em primeiro
38 lugar dessa situação de diferenciação de interesses e anseios com que são confrontados; em segundo lugar, numa cultura

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 histórica que eles próprios – tal como os artistas – acalentam, de ilusão de partilha, com a burguesia, das suas aspirações e
2 dos seus valores culturais.

3 2.2.8 - Direito e Justiça

4 A justiça está sujeita, desde há muitos anos, a sintomas de crise, de esgotamento e de iminente ruptura. Correspondendo
5 às necessidades de defesa e sobrevivência do sistema, o sistema judiciário e de justiça caminha com notório atraso face ao
6 domínio do grande capital, porque o sistema financeiro e económico é sempre mais ágil e dinâmico nas suas práticas e o
7 poder político mais lento a adaptar a justiça às dinâmicas de exploração e desigualdade.

8 Contudo, se na sua génese quer a justiça, quer a lei, devem ser iguais para todos, a verdade é que a lei tem sido um
9 instrumento do capital para impor a sua lógica e o seu domínio. O próprio ordenamento jurídico é construído, nos últimos
10 anos, em colisão frontal e flagrante violação da CRP. É por isso fundamental que o PCP prossiga na defesa da CRP e
11 dos direitos, liberdades e garantias, bem como dos direitos sociais, económicos e culturais.

12 Os custos elevados do acesso à Justiça são directos (ex.: custas processuais e honorários de Advogados) e indirectos (ex.:
13 os custos de tempo e deslocação). A reforma do “mapa judiciário” teve como consequência o aumento das dificuldades de
14 acesso à Justiça por parte de grande parte da população portuguesa, afectando mais particularmente as populações que
15 habitam fora das capitais de distrito e com maiores dificuldades económicas.

16 A primeira dificuldade que se sente na concretização do direito ao apoio judiciário é originada por um sistema
17 extremamente complicado de acesso. O regime existente define rendimentos demasiado altos para obter apoio e que, na
18 prática, são demasiado baixos para que possam pagar os elevados custos judiciais, designadamente as taxas de justiça e
19 custas judiciais.

20 O mecanismo do apoio judiciário é absolutamente vital para garantir o acesso ao direito. Deverá ter regras de acesso mais
21 facilitadas, já que as atuais impedem muitos que dele têm necessidade, dele beneficiem, por ser quase impossível a ele
22 aceder desde que não se esteja em pobreza extrema. Deverão ainda ser melhoradas as condições retributivas da
23 prestação de serviço, devendo ser encontrados melhores mecanismos para retribuir as despesas, as quais muitas vezes
24 nem são apresentadas, dada a complexidade da sua cobrança.

25 Os advogados, pelo facto de o serem, estão condicionados ao seu vínculo à Ordem dos Advogados. Nos últimos tempos a
26 advocacia tem sofrido profundas transformações estando cada vez mais posta em crise a advocacia em prática individual.
27 Estabeleceram-se nos últimos anos relações de trabalho e de dependência económica e funcional contrapostas à ideia
28 tradicional da profissão liberal e independente.

29 Há crescentes situações de assalariamento na advocacia. A exploração quer de estagiários, que têm de efectuar a sua
30 inscrição junto da Ordem dos Advogados, pagando obrigatoriamente a elevada taxa de inscrição, quer de jovens
31 advogados que acedem à profissão está na ordem do dia garantindo a muitos, grandes e médios escritórios de advogados,
32 rendimentos consideráveis à custa do trabalho de outrem. Há testemunho de violentas situações de exploração em razão
33 de horários alargados, ritmos de trabalho elevados, remunerações baixas, falta de segurança na doença e na reforma,
34 desconsideração dos períodos de descanso e lazer, etc.

35 2.2.9 – Engenheiros

36 Estes trabalhadores encontram-se na sua maioria em regime assalariado, muitas vezes precário. Os horários de trabalho
37 são tipicamente desregulados, seja pelo uso de "isenção de horário" ou pelo uso frequente de horas extra, ambas
38 frequentemente não remuneradas. A estas condições juntam-se os baixos salários, impostos com a justificação da crise
39 actual e reforçados pelas políticas de direita dos sucessivos governos.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 Muito do trabalho é feito sob regime de subcontratação, típico das chamadas empresas de consultadoria, que mais não
2 são do que empresas de recursos humanos. Este regime separa os trabalhadores da mesma empresa entre várias
3 localizações/clientes. Cada cliente vai proporcionar diferentes condições e exigências de trabalho, sem que seja óbvio
4 quem na verdade fica responsável pelo trabalhador. As necessárias deslocações não são, no geral, compensadas, tanto
5 em tempo como salário. Embora a intervenção e organização destes trabalhadores seja dificultada, entre outros factores,
6 pela dispersão dos seus locais de trabalho e pelo atraso da sua consciência social e política, é uma tarefa que importa
7 reforçar.

8 2.2.10 – Património

9 Até ao 25 de Abril de 1974, o conceito de “património cultural” era praticamente ignorado. Só a partir dessa altura é possível
10 falar-se de uma política cultural democrática ao nível da difusão da cultura e do acesso dos bens culturais à população.
11 Rompe-se com a cultura de classe e de propaganda, de “folclore e património artístico da Nação” que foi implacavelmente
12 seguida no decurso dos quase 50 anos de ditadura fascista. Esses avanços há muito deixaram de ter eco nas políticas dos
13 Governos que se têm sucedido no poder e estão, neste momento, colocados em causa.

14 O desinvestimento dos sucessivos governos na Cultura teve e tem consequências dramáticas. As sucessivas alterações ao
15 nível da tutela e a recriação da Direcção-Geral do Património Cultural, à semelhança da criada na década de 70, têm sido
16 sinónimos de menos meios humanos e materiais e dificuldades cada vez maiores na salvaguarda do Património Cultural
17 português. A situação é particularmente grave no património material imóvel, em que a degradação de Imóveis,
18 Monumentos, Conjuntos e Sítios classificados ou em vias de classificação é cada vez mais evidente.

19 A desresponsabilização do Estado visa submeter a autonomia do Património Cultural à lógica do mercado, à lei do lucro e à
20 selectividade ideológica. O Património é visto como um conjunto de valores transaccionáveis, que o Estado se dispõe a
21 alienar, o mesmo acontecendo com as actividades correspondentes de inventariação, investigação, preservação e restauro.
22 A alternativa propagandeada pelo Governo passa pela privatização ou concessão do Património a privados, tendo como
23 consequências a dificuldade ou mesmo o impedimento do acesso e fruição pela generalidade da população e com ganhos
24 reduzidos ou mesmo duvidosos para o Estado. Esta opção é evidente se pensarmos nos exemplos dos Parques de Sintra –
25 Monte da Lua, na venda recentemente anunciada de quartéis e fortes (alguns deles classificados) pelo governo e dos
26 propalados “Vistos Gold para a Cultura”, numa sanha privatizadora do Património português.

27 Esta política, que se esconde sob o chavão da “sustentabilidade”, é inteiramente subordinada à marcha da globalização
28 capitalista. É-lhe indiferente o esmagamento da memória colectiva e das identidades culturais, o valor identitário da cultura
29 e do património, a importância do seu enraizamento nacional, democrático e popular.

30 Nos Museus, a situação agrava-se. A tutela prossegue uma política que define os objectivos dos museus através das
31 receitas de bilheteira ou dos lucros das lojas, tornando os públicos como potenciais clientes que devem consumir para gerar
32 lucro. Com esse objectivo foi reduzida a gratuitidade de acesso para uma manhã por mês nos Museus e Monumentos
33 Nacionais. Entretanto, os funcionários dos museus desdobram-se, realizando, além do seu trabalho, o dos trabalhadores
34 que entretanto se reformaram e cujo lugar não foi preenchido, ou o dos trabalhadores cujo contrato não foi renovado.

35 O espólio museológico carece de conservação e restauro. A conservação preventiva é negligenciada. As desinfestações
36 necessárias a uma boa conservação são adiadas por falta de verbas e alguns Museus Nacionais perderam os seus
37 técnicos de conservação. A gestão e conservação de reservas de espólio arqueológico afigura-se igualmente como
38 situação problemática ao nível das Direcções Regionais de Cultura, sabendo-se da insuficiência de meios para devido
39 acondicionamento, promoção do estudo e exposição.

40 A par destas dificuldades, surge agora a possibilidade de municipalização de alguns Museus Nacionais, sem a existência

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 de qualquer o estudo para apurar o impacto deste processo no património cultural. Desta forma, passará a ser da
2 responsabilidade da cada autarquia a manutenção e conservação deste património, num contexto de asfixia financeira em
3 que as autarquias se encontram e sem se transferirem os recursos necessários para o seu adequado desenvolvimento.

4 De frisar também a total demissão do Estado no plano dos bens patrimoniais móveis. Atravessamos, quase sem darmos
5 por isso, uma fase de verdadeira delapidação. Os números do INE sobre o comércio de antiguidades na última meia
6 década revelam que passámos de importadores para exportadores em larga escala, principalmente para fora da UE. A
7 esmagadora maioria dos bens culturais móveis protegidos legalmente pertence a privados, sabendo estes que museus e
8 tutela não têm orçamento para aquisições. Os bens culturais classificados e as colecções encontram-se ameaçados e vão
9 saindo do país, com a complacência do governo.

10 É necessária a definição de uma linha de intervenção no que concerne ao património cultural imaterial que vá para além
11 das expressões de vida e tradições das comunidades no âmbito de candidaturas a património mundial.

12 São objectivos estratégicos para o sector do património: o entendimento do património como factor de transformação da
13 vida e de emancipação colectiva e individual; a generalização do acesso à informação, ao conhecimento, à fruição de bens
14 e potencialização de valores participativos e identitários; apoio à investigação, salvaguarda e revitalização do património;
15 apoio à formação e profissionalização dos agentes directa e indirectamente ligados ao património; defesa dos valores
16 patrimoniais nacionais como representação da génese do país e por isso mesmo herança de todos e para todos; defesa de
17 um maior equilíbrio entre as instâncias estatais, regionais e locais na perspectiva do acesso das populações à criação e
18 recepção de bens patrimoniais; interligação entre a salvaguarda do Património e a defesa do ambiente. Na área da ORL,
19 onde o património cultural nas suas diferentes dimensões desempenha um muito importante papel identitário, é necessária
20 uma redobrada vigilância e combate face à retoma das ambições da “renovação urbana” comandada pelos grandes
21 interesses imobiliários, nomeadamente nas zonas da Colina de Santana, Parque Mayer/Escola Politécnica/Jardim Botânico
22 e na zona ribeirinha.

23 2.2.11 - Psicólogos

24 A situação dos Psicólogos Portugueses em 2015 é caracterizada por questões gerais comuns à maioria dos trabalhadores:
25 aumento gravoso do desemprego; aprofundamento da precariedade; diminuição dos direitos laborais dos trabalhadores;
26 redução salarial; aumento e desregulação dos horários de trabalho. Paralelamente, ataque ao Serviço Público, na saúde e
27 educação, emagrecimento do papel da Segurança Social e uma estratégia de entrega a interesses particulares instalados
28 do que pertence e é da responsabilidade do Estado.

29 No âmbito da realidade onde os psicólogos trabalham, tem-se assistido à redução generalizada do investimento o que
30 levou à diminuição e concentração de serviços do Estado. Este facto atinge os sectores da saúde, educação e segurança
31 social, do ensino superior e investigação, levam muitos psicólogos ao desemprego ou emigração, sendo disso exemplo, a
32 situação dos psicólogos nos centros de saúde, hospitais, nas toxicodependências (CAT's e IDT), serviços de emergência,
33 nas escolas, nas prisões, na reinserção social, no sistema de protecção de menores, CPCJ'S, no ensino superior e nos
34 centros de investigação, com os cortes de financiamento e redução de bolsas de projectos doutoramentos e pós-
35 doutoramentos, etc..

36 Há exemplos de ofertas de emprego, poucas, que propõem salários sempre mais baixos, atingindo por exemplo os 3
37 euros/hora. No entanto, as necessidades de psicólogos em Portugal são muitas e os rácios para o sector público (Saúde e
38 Educação) estão muito longe dos indicadores internacionais aconselhados.

39 Segundo dados recentes, existem apenas 600 psicólogos com alguma forma de vínculo laboral no Serviço Nacional de
40 Saúde. Estima-se que em cada 1 psicólogo clínico contratado, 8 psicólogos exerçam as mesmas funções, por vias de

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 bolsas, estágios académicos ou profissionais não remunerados e/ou “voluntariado”. A isto acresce a desregulamentação
2 das horas extraordinárias, por via da famosa ‘bolsa de horas’. Ao mesmo tempo, sob o “chapéu” da produtividade, os
3 psicólogos clínicos a operar neste contexto sofrem pressões no sentido de lhes ser exigido que atendam um cada vez
4 maior número de utentes, sendo forçados a disponibilizar cada vez menos tempo com cada pessoa.

5 Nos Centros de Saúde da ARS Lisboa e Vale do Tejo, os psicólogos anseiam pelos resultados do concurso de 2011,
6 concurso este que terá como objectivo reduzir o número de efectivos em quase 50%, de 48 vagas para 29. Na transição
7 para o ano de 2015 estes trabalhadores não tinham assegurada a recondução administrativa dos contratos, apesar da
8 elevada especificidade e qualificação do trabalho que desempenham e das grandes necessidades da população.

9 Nas Escolas, todos os anos dezenas de psicólogos são obrigados a concorrer a contratos precários, pois o concurso da
10 carreira não abre desde 1997. Para além dos atrasos nas colocações, a redução dos psicólogos contratados foi nos últimos
11 anos de cerca de 50%. No final de 2014 os psicólogos a desempenhar funções no sistema prisional, cerca de 40 efectivos
12 em número manifestamente reduzido para a realidade da população prisional em Portugal, viram reconduzidos os seus
13 contratos até Março de 2015, ficando a saber que era intenção da administração reduzir o seu número para metade.
14 Contudo, existem profissionais a trabalhar no contexto prisional através de empresas subvencionadas com vínculos
15 laborais precários.

16 Com a progressiva redução de investimento no Ensino Superior e Investigação, à semelhança de outras formações, os
17 concursos de ingresso para a carreira docente são uma miragem. Muitas universidades têm ao longo dos anos reduzido o
18 seus corpos docentes e substituído estes trabalhadores por uma nova geração de precários, com contratos a termo ou em
19 regime de prestação de serviços, renovados durante largos anos. Constata-se igualmente o recurso abusivo de bolsas de
20 investigação para postos de trabalho efectivos, que em muitos casos não são de natureza científica. Muitos jovens
21 psicólogos recém-formados, encontram nestas formas de precariedade e exploração um modo de subsistência e de adiar o
22 desemprego.

23 Esta realidade tem sido acompanhada ao longo dos sucessivos governos pela estratégia da externalização e privatização
24 dos serviços públicos. No terceiro sector privado e/ou associativo não só rareiam as oportunidades de trabalho, como as
25 que existem são caracterizadas pela precariedade e ausência de direitos.

26 O trabalho em regime de “voluntariado à força” mantém-se como um dos principais flagelos da profissão, que urge
27 combater. Hoje é frequente encontrar Psicólogos recém-licenciados que trocam a sua força de trabalho pela experiência e
28 aprendizagem, para não perderem o conhecimento recentemente adquirido, com a falsa ilusão e expectativa de
29 estabelecerem um contrato de trabalho.

30 A partir de 2010 esta situação dos jovens psicólogos piorou e ganhou contornos de ilegalidade. Com a entrada em
31 funcionamento da Ordem do Psicólogos Portugueses (OPP), assiste-se a uma reconfiguração das regras de acesso à
32 profissão que trouxe novos obstáculos e que lança todos os anos muitos psicólogos para as filas do desemprego, não
33 chegando sequer muitos licenciados a poder inscrever-se, pagar quotas e realizar os cursos de formação exigidos pela
34 OPP por restrições financeiras. Existem sérias carências de locais de estágios remunerados e reconhecidos pela Ordem.
35 Assiste-se, assim, nesta nova realidade para a profissão, a factores que promovem ainda mais a exploração da mão-de-
36 obra qualificada dos psicólogos recém-licenciados, existindo perversamente, muitos que caem na malha dos estágios
37 profissionais ilegais, não remunerados, e que ao fim de 12 a 18 meses acabam por não ser reconhecidos, e muitos outros
38 que chegam a pagar, para poder realizar estágios em entidades ou empresas privadas, seja através de cursos de formação
39 ou de pagamento a orientadores dos locais de estágio.

40

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1

2

3 2.2.12 - Sistema Científico e Tecnológico Nacional

4 2.2.12.1 - Ensino Superior e Investigação

5 Sector estratégico e fundamental à defesa da identidade e desenvolvimento nacional, tem sido alvo de contínuas ofensivas
6 do capitalismo, com tentativas da sua privatização e conseqüente transformação em mercadoria. Com os seus instrumen-
7 tos, o Processo de Bolonha e a Estratégia de Lisboa, com o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), e o Regime
8 Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) que desfiguraram a Autonomia do Ensino Superior, o capitalismo in-
9 tensificou nestas décadas do séc. XXI a ofensiva que o Ensino Superior Público tem vindo a sofrer no decurso dos últimos
10 40 anos.

11 No intuito de debilitar para destruir, os governos PS/PSD/CDS usaram estes instrumentos para desqualificar, atrofiando os
12 seus ciclos de estudos, tornando-os classistas, pela desvinculação do Estado no seu financiamento, criando uma filtragem
13 de acesso, plasmando as classes sociais nos seus três ciclos de estudos e controlando os conteúdos ministrados e atacan-
14 do assim o princípio da liberdade académica.

15 Pela via financeira, a que se junta o desmantelamento da acção social e a sua privatização, promovem a discriminação e
16 elitização do acesso a níveis superiores do conhecimento, com o objectivo da progressiva entrega do Ensino Superior Pu-
17 blico ao sector privado e a sua adequação às necessidades imediatas do capital, ao invés de uma política de financiamento
18 que servisse os interesses nacionais e promovesse o desenvolvimento do país.

19 Destrói-se o garante de uma escola de qualidade e inclusiva com a discriminação e afastamento de milhares de jovens em
20 função das suas origens e condições sociais.

21 À desregulação das carreiras e da vida democrática, instrumentalizadas pelo ECDU, junta-se o RJIES, para a sua privatiza-
22 ção e garantia do cumprimento da Estratégia de Lisboa. Servem também, para a destruição da vida democrática institucio-
23 nal, as restrições da representatividade dos corpos docentes e discentes nos órgãos universitários.

24 A não abertura de vagas para o quadro docente, o seu envelhecimento, crescente precarização dentro da própria carreira e
25 a subsequente contratação precária de bolseiros ou convidados a recibos verdes, juntamente com um número decrescente
26 de docentes do quadro com progressão na carreira (e com horários que ultrapassam muitas vezes o legalmente permitido),
27 em articulação com as regras de diminuição da representatividade democrática nos órgãos institucionais, originam uma
28 concentração de poderes cada vez menos representativa, e um relevante défice democrático nas instituições. Impõe-se a
29 revisão do ECDU, de forma a garantir na sua plenitude a redignificação das carreiras, condição essencial para a autonomia
30 da investigação e da produção de conhecimentos, só possíveis no quadro da Ensino Superior Público.

31 Provocou-se o desmoronamento da investigação científica, pela subtracção às Universidades/Politécnicos do seu direito
32 à Autonomia Científica que se traduz na sua efectiva capacidade de programar a sua Investigação sem influências
33 externas e com financiamentos adequados, submetendo estas entidades à cultura de Projecto, em que as actividades de
34 investigação resultam da pré-aprovação pela FCT de actividade de investigação atomizada, reduzindo a Autonomia
35 científica à capacidade de as Universidades/Politécnicos cumprirem os objectivos que lhe são impostos contratualmente e
36 praticando o atrofiamento financeiro e políticas pouco transparentes da FCT nas classificações e concursos, que numa

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 primeira fase provocaram a subida em flecha da precaridade do trabalho de investigação e numa fase posterior
2 originaram a desvinculação e o despedimento de uma parte significativa dos bolseiros e a criação de condições para a
3 paralisação da maioria dos centros de investigação.

4 A crescente asfixia financeira das instituições do ensino superior e das unidades de investigação científica, em conjunto
5 com a situação cada vez mais precária dos profissionais destas áreas, têm vindo a condicionar os investigadores, os do-
6 centes e os programas de investigação. A actual política de investimento em ciência, em Portugal e na Europa, como revela
7 o actual programa quadro de I&DT, o *Horizonte 2020*, e as prioridades pré-definidas na área *societal challenges*, está su-
8 bordinada aos interesses económicos privados, confinando severamente as linhas de investigação às áreas com maior
9 potencial de criação de riqueza, para a sua apropriação privada, desinvestindo em tudo o que seja investigação resultante
10 de interesses nacionais ou na ciência fundamental em geral, procurando também impedir a reflexão e estudo crítico.

11 Provocaram o funcionamento a duas velocidades das Universidades e do Politécnico, despromovendo mais ainda este
12 último, desqualificando-o com os cursos superiores curtos, com a verticalização e a especialização, colocando-o numa via
13 apenas de formação de força de trabalho.

14 São objectivos estratégicos deste sector:

15 – A defesa de um Ensino Superior Público democrático, gratuito e de qualidade para todos;

16 – A rejeição do RJIES e de Bolonha e a alteração profunda do ECDU;

17 – A defesa de financiamento adequado às reais necessidades do país através de planos plurianuais para a manutenção
18 dos estabelecimentos e dos seus trabalhadores;

19 – A integração de bolseiros e pós-doutorandos nos mapas de pessoal não permitindo a precarização generalizada
20 destes trabalhadores ou criando fossos entre docentes e bolseiros mas sim criando uma frente comum de trabalho para
21 combater os impactos de 40 anos de política de direita no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN);

22 – O fim da existência do sistema dual onde o Politécnico é desfavorecido;

23 – O reforço do Partido no SCTN através da criação de colectivos que desenvolvam trabalho permanente divulgando as
24 posições do Partido, alargando as frentes de luta de forma unitária e recrutando mais trabalhadores para as suas fileiras.

25 2.2.12.2 - Trabalhadores e Quadros Científicos

26 A situação destes trabalhadores, que já vinha evoluindo negativamente, foi profundamente agravada durante o governo
27 PSD/CDS-PP, com a continuação e aprofundamento das políticas de direita e os processos de alienação das
28 responsabilidades do Estado: a degradação das carreiras dos técnicos superiores da Administração Pública e dos
29 Investigadores Científicos, e o abuso de formas precárias de recrutamento de recursos humanos para colmatar
30 necessidades, incluindo permanentes; o desinvestimento nos Laboratórios do Estado (LEs), Universidades, Unidades de
31 Investigação, projectos de investigação, programas de bolsas, etc.; a reforma dos LEs, envolvendo concentração de
32 estruturas, com perda de eficácia, qualidade e tipo de serviços oferecidos; a reestruturação das unidades de investigação,
33 num processo pouco transparente, com evidente imposição de critérios pela UE, e subordinação a critérios de avaliação de
34 qualidade desajustados ao estado de atraso do nosso Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

35 As melhorias verificadas recentemente em termos de recursos humanos e grau de qualificação foram conseguidas
36 largamente através de formas precárias de trabalho, quer através das diversas formas de estágios profissionais e bolsas,
37 quer através dos contractos a termo para investigação, desenquadrados de qualquer carreira profissional. Apesar das

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 melhorias, o SCTN é ainda deficitário, na UE, no número de investigadores ETI por 1000 activos, no número de técnicos
2 por investigador, no financiamento por investigador, entre outros índices. A degradação das perspectivas profissionais não
3 só de carreira estável mas mesmo de formas precárias, como as bolsas, tem levado muitos jovens, alguns já com formação
4 avançada, a abandonarem a actividade científica ou o país.

5 A região de Lisboa, dada a concentração de Laboratórios de Estado e Universidades, constitui a zona do país com maior
6 número de trabalhadores e quadros científicos: quase 15% de trabalhadores (ETI) em I&D na população activa em
7 contraste com os quase 9% a nível nacional (dados da DGEEC, 2012). A taxa de assalariamento entre jovens trabalhadores
8 científicos (< 45 anos) é significativa: 86% com contractos a termo (dados de DGEEC, 2009). Entre os trabalhadores em
9 I&D predominam os investigadores, com um rácio de investigador por técnico de 8.2 (ETI), que contrasta com o rácio de 1.7
10 na UE28. Este défice de mais 16 mil postos de trabalho de técnicos ilustra o desequilíbrio da estrutura laboral do SCTN,
11 fruto da falta de uma política de contratação de pessoal, e um forte condicionamento ao seu crescimento e melhoria de
12 qualidade e eficácia. Os níveis de remuneração estão estagnados há mais de dez anos, representando uma perda de poder
13 de compra e factor de desvalorização e desincentivo pela actividade científica. A melhoria das condições laborais é
14 dificultada por um baixo nível de sindicalização e de organização, que temos de contrariar.

15 2.2.12.3 - Laboratórios do Estado

16 Os Laboratórios do Estado (LE) têm como função a implementação das políticas nacionais de investigação e
17 desenvolvimento (formação e prestação de serviços) correspondentes aos sectores em que se integram.

18 Nos termos das leis orgânicas que os regem, os LE executam as políticas do Estado nas áreas da saúde (INSA),
19 construção e obras públicas (LNEC), energia e geologia (LNEG), agricultura (INIAV), pescas, mar e meteorologia (IPMA,),
20 cooperação e desenvolvimento (IICT), oceanografia (IH), medicina legal (INML), cartografia (IGP), Laboratório Militar e
21 Instituto Ricardo Jorge na produção de medicamentos.

22 A extinção do ITN (Instituto Tecnológico e Nuclear) com a inclusão no IST dos seus recursos humanos e materiais representa
23 uma opção significativa no percurso de esvaziamento da função dos LE. No mesmo sentido está a extinção, em curso, do
24 IICT com a sua integração na universidade de Lisboa.

25 Os LE, no seu conjunto, envolvem cerca de 4200 trabalhadores, entre os quais se encontram cerca de 750 investigadores,
26 tendo à sua responsabilidade instalações e equipamentos cuja dimensão e complexidade de operação está dificilmente ao
27 alcance de equipas Universitárias.

28 As políticas de I&D que têm vindo a ser prosseguidas nos últimos 20 anos têm-se centrado no desenvolvimento da
29 investigação realizada nas Universidades e seus Laboratórios Associados (LA) ao mesmo tempo que se verifica um
30 contínuo desinvestimento em recursos materiais e humanos nos LE, por exemplo, no INIA, nos últimos 20 anos ocorreu
31 uma redução de 40% do pessoal investigador.

32 A quase totalidade de financiamentos nacionais para a investigação dos LE provêm das mesmas fontes (concursos da FCT)
33 a que a recorrem aquelas instituições. É significativo que o Programa Mobilizador dos LE, lançado em 2009, não tendo tido
34 nestes impacto relevante, tenha fixado como objectivo a sua aproximação às Universidades e LA considerados
35 componentes principais do Sistema Científico Nacional, auferindo, desde há cerca de 20 anos, o exclusivo na gestão dos
36 fundos plurianuais de investigação da FCT, meio fundamental na formação e manutenção de grupos de investigação.

37 Porém, constata-se que subsistem limitações relevantes nos sectores alvo da intervenção dos LE, em particular na
38 produção e transferência de tecnologias agrícolas, industriais, energéticas, de saúde, na cooperação, e na assessoria ao
39 governo e aos órgãos da administração pública na definição de estratégias para a tomada de decisões naquelas áreas.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 Torna-se portanto claro que não só os LE não têm estado a cumprir cabalmente as suas funções como não foram
2 substituídos nas mesmas.

3 Nesta delapidação das funções dos LE inclui-se a depreciação da sua força de trabalho, nomeadamente a dos seus
4 investigadores. Com efeito há cerca de 16 anos que a prática política tem sido a de impedir a realização de concursos na
5 carreira de investigação nos LE, o que tem retirado estas instituições das primeiras opções de candidatos a novos
6 investigadores, que a eles recorrem como recurso às outras instituições de I&D. Esta discriminação negativa face aos LE
7 está consagrada legalmente.

8 A necessidade de reactivação da economia nacional é paralela à da recuperação das funções e do produto do trabalho dos
9 LE. Neste sentido parecem relevantes as seguintes intervenções:

10 - Concepção, para cada um dos LE, de um plano estratégico a médio prazo, compatibilizado no que concerne à produção
11 científica e tecnológica e às Outras Actividades Científicas e Técnicas, que promova o desenvolvimento dos sectores em
12 que se insere. Estes planos estratégicos devem conter definições calendarizadas e claras dos seus objectivos, inscritos
13 sempre que possível, em contratos-programa com organismos públicos e privados.

14 - Criação de um investimento de emergência com vista a estancar a degradação de infra-estruturas e à renovação dos
15 equipamentos essenciais para a execução dos planos estratégicos.

16 - Identificação de necessidades de pessoal técnico e de apoio e a subsequente abertura de lugares, articulada com os
17 planos estratégicos.

18 - Introdução no Estatuto da Carreira de Investigação de processos de ingresso, de avaliação e valorização dos
19 Investigadores à semelhança do que se concretizou para a Carreira Docente Universitária.

20 2.2.13- Trabalhadores das Artes do Espectáculo

21 O sector das artes do espectáculo tem sido profundamente atacado pelos governos de direita e pelas suas políticas. O
22 corte no financiamento para a cultura agravou as já frágeis condições de trabalho, levando à destruição de estruturas
23 culturais e artísticas, à redução de trabalhadores em muitas das estruturas que se foram mantendo, piorando as condições
24 de trabalho. As políticas de direita seguida por PS e PSD/CDS-PP nos últimos anos levaram a um dos maiores
25 despedimentos colectivos da história da cultura, atirando milhares para o desemprego.

26 Muitas estruturas profissionais que passaram a funcionar em regime quase amador, inteiramente dependentes dos lucros
27 de bilheteira. Sobre os trabalhadores das Artes do Espectáculo recaíram também os cortes e pelo aumento da carga
28 contributiva, o roubo de férias e feriados, os cortes na educação e na saúde. Cortes que se sentem directamente nos seus
29 salários, mas também na criação de públicos e na limitação do acesso à cultura - as escolas deixaram de ser um
30 frequentador assíduo da cultura, voltando a haver crianças, em particular nas periferias urbanas, que nunca assistiram a um
31 espectáculo ao vivo.

32 Num meio caracterizado pela precariedade e pela instabilidade laboral, os últimos quatro anos agravaram estas condições.
33 Houve alterações na lei dos recibos verdes, mas esta lei é insuficiente e quase sem aplicação prática. Um dos seus graves
34 efeitos é a incapacidade da generalidade dos trabalhadores a recibo verde de cumprir o pagamento à Segurança Social.

35 Os horários de trabalho são na maioria dos casos abusivos. Chegam a ultrapassar as 12 horas na televisão e podem
36 chegar a mais de 15 horas no caso dos técnicos. Na contabilização das horas trabalhadas são muitas vezes esquecidas as
37 horas de trabalho não presencial, como os ensaios, o estudo ou a criação.

38 Os horários assumem ainda mais importância na questão do salário como forma de exploração através da desvalorização
39 do trabalho. Por um lado, os trabalhadores de estruturas artísticas ligadas ao estado têm salários fixos e compensação

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 remuneratória pelas horas nocturnas e extraordinárias. Por outro lado, nas empresas privadas como as de aluguer de som
2 e luz, os salários não reflectem na maioria das vezes, as horas de trabalho além das 8 horas, nem o trabalho realizado em
3 período nocturno.

4 A maioria dos trabalhadores recebe uma remuneração decidida geralmente pelos patrões e que chega a ser um valor
5 miserável para o trabalho e funções desempenhadas, sem que haja lugar a subsídios de refeição, de deslocação ou de
6 qualquer outra remuneração compensatória. Neste contexto, a existência de uma tabela salarial, negociada e acordada
7 colectivamente com os trabalhadores é fundamental para diminuir as discriminações e arbitrariedades salariais, dando um
8 importante passo na melhoria das condições de trabalho.

9 A segurança no trabalho entre as Artes do Espectáculo – onde são comuns lesões que podem colocar um fim a carreiras
10 profissionais - é muitas vezes descurada, situação agravada pela falta de protecção social resultante da precariedade dos
11 vínculos e pela inexistência do reconhecimento de situações de especial desgaste para efeitos de reforma.

12 Todos estes problemas laborais são agravados com um permanente desinvestimento por parte dos sucessivos governos
13 do PS/PSD/CDS-PP na cultura, que excluem milhares de estruturas do financiamento, a que se junta a dificuldade de
14 várias estruturas de encontrarem um espaço de criação, com condições apropriadas para que nas diversas áreas estas
15 estruturas possam criar.

16 É necessário aprofundar o nosso papel no debate e discussão com os outros trabalhadores das artes de espectáculos,
17 não só como meio para a consciencialização destes trabalhadores, ajudando a compreender o papel dos mesmos na luta
18 e a exploração de que são alvo, do papel que o capital tem nas artes de espectáculo, mas também no combate
19 ideológico que têm à travar na sua actividade diária.

20 Assim como é necessário afirmar o PCP, a sua proposta de política alternativa que garante um verdadeiro acesso ao
21 direito de criação e fruição cultural onde ninguém é excluído, em que o financiamento da cultura terá garantido como
22 mínimo 1% do PIB, e onde a garantia dos direitos dos trabalhadores das artes de espectáculo são pedra basilar na
23 sociedade que queremos alcançar.

24 O **Teatro** pode dividir-se em 3 grandes grupos : o teatro independente financiado pelo Estado, o teatro independente não
25 financiado pelo Estado e os teatros nacionais. Em Lisboa estão sedeados dois teatros nacionais, o Teatro Nacional Dona
26 Maria II e o Teatro Nacional de S. Carlos. Entre ambos contam com cerca de 500 trabalhadores, desde técnicos a actores e
27 músicos, frentes-de-casa, bilheteiras e outras profissões necessárias ao seu funcionamento. A luta dos seus trabalhadores
28 tem assegurado a defesa dos direitos - direito a férias, à saúde e segurança no trabalho, à estabilidade, a horários dignos e
29 a salários mais altos quando comparados com os trabalhadores de outras estruturas - apesar de os governos de direita
30 terem levado a cabo um ataque sem precedentes a estes trabalhadores com cortes salariais, a tentativa de impor os
31 bancos de horas e de aumentar os horários de trabalho.

32 Existem em Lisboa 21 teatros independentes financiados pelo Estado. Caracterizam-se normalmente por terem estruturas
33 fixas reduzidas, contratando mais trabalhadores a recibo verde conforme os espectáculos. Há ainda as estruturas de teatro
34 independente não financiadas. Neste grupo juntam-se dois tipos muito diferentes entre si: as que receberam ou tentam
35 receber financiamento público e têm visto esse apoio negado, desenvolvendo a sua actividade em regime de pagamentos à
36 bilheteira, envolvimento das comunidades, financiamento do poder local ou da Gulbenkian; e as estruturas independentes
37 que não tendo financiamento público vivem do mecenato, do apoio das grandes empresas e que, sendo designadas
38 independentes, são dependentes desse tipo de financiamento.

39 Na **Dança** o panorama do sector é mais reduzido. Existe uma estrutura pública, a Companhia Nacional de Bailado, com
40 cerca de 100 trabalhadores, muitos deles afectos ao TNSC – fazem ambos parte da Opart E.P.. Apenas cerca de 70 são

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 bailarinos. Existem nesta estrutura contratos de trabalho, respeito pelos horários e pela saúde e segurança no trabalho.
2 Mas, tratando-se de ma profissão de desgaste rápido, coloca-se a necessidade de um sistema que requalifique estes
3 trabalhadores e aproveite toda a sua experiência e capacidade.

4 Existe igualmente um número significativo de estruturas que desenvolvem a sua actividade sem qualquer apoio ou com
5 apoios locais. A falta de um estatuto do bailarino é transversal a todas estas estruturas e um problema que afecta a todos.
6 Exige-se que seja criada legislação que permita uma reconversão na carreira e uma urgente protecção laboral.

7 A **Música** é um universo profissional com várias condicionantes devido às suas características. Existem estruturas do
8 Estado, a sua maioria orquestras, como a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, a Orquestra Sinfónica Portuguesa, a
9 Orquestra Barroca Divino Sospino, a Sinfonietta de Lisboa, a Orquestra Sinfónica Juvenil, o Grupo de Música
10 Contemporânea de Lisboa. Apesar de serem estruturas diferentes, estas orquestras acabam por “partilhar” entre si os
11 músicos. Existe ainda em Lisboa a Orquestra da Gulbenkian, que vive com fundos próprios.

12 Os músicos independentes dividem o seu trabalho entre dezenas de empregadores, desde bares a câmaras municipais.
13 Tocam em bandas e em projectos sujeitos à lei do mercado, sedento de lucro. A maioria destes trabalhadores vive num
14 regime que deveria ser de excepção, tão afastados que estão de um meio que valorize o trabalho dos músicos e os seus
15 períodos de criação.

16 No sector do **cinema**, como nas outras áreas de criação, assiste-se a uma crescente desresponsabilização do estado.
17 Nos últimos anos tem sido cada vez menor o desinvestimento no cinema, havendo mesmo em 2012 um ano zero em
18 que o estado não financiou qualquer filme.

19 A recente lei do cinema acabou por não resolver nenhum dos problemas e anseios do sector. A necessidade de ter o
20 financiamento para o cinema que não esteja dependente de taxas privadas a empresas de venda de serviços de internet
21 e televisão, que seja garantida pelo orçamento de estado e que tenha uma visão mais global do cinema que englobe não
22 só a criação do filme mas também facilite a divulgação e distribuição do mesmo, são necessidades do sector.

23 Este é também um sector marcado pela precariedade e por horários abusivos e por salários baixos. Recorre-se cada vez
24 mais aos estagiários e até ao trabalho gratuito em figuração e apoio à produção.

25 Já o audiovisual e os conteúdos para televisão estão praticamente monopolizados por duas grandes empresas, a Plural,
26 pertencente ao grupo Prisa e que produz exclusivamente para a TVI e a Sp Televisão que produz para RTP e SIC. Estas
27 duas empresas, produtoras de todas as novelas Portuguesas, são também elas modeladoras de opinião e altamente
28 subjugadas aos interesses do capital, não só porque são dependentes do seu financiamento, como são um instrumento
29 fundamental do mesmo para transmitir a mensagem dominante.

30 Não é por isso de estranhar a presença de publicidade na própria novela ou a criação de conceitos estranhos à
31 generalidade dos trabalhadores, como da ideia de alienação e desvirtuação do mundo real.

32 Nestas empresas a maioria dos trabalhadores estão a recibos verdes ou contratos à produção, apesar de serem
33 necessários todos os dias na empresa. Cumprem horários de 12 horas, e às vezes ultrapassam mesmo esses horários.

34 **2.2.14 - Tradutores**

35 A tradução é um sector socioprofissional complexo e precarizado. O tradutor associa função social e função cultural, que
36 responde ao direito do público leitor português à *cultura*, neste caso entendida como acesso ao *conhecimento* produzido
37 alhures, como acesso aos clássicos universais, acesso às grandes obras da história, da ciência, da filosofia e da literatura,
38 assim como ao tutorial do electrodoméstico ou da máquina indispensável ao trabalho na oficina, à legendagem fiel da notí-
39 cia audiovisual. A tradução (e a defesa do Português como língua de trabalho nas instituições internacionais) desempenha

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 um importante papel no plano diplomático e da representação externa do país, e da afirmação da soberania nacional. Assim
2 entendida a dimensão da questão, cabe ao Estado uma ampla responsabilidade que deve abranger tanto programas espe-
3 cíficos de apoio à tradução literária e científica de obras de referência aos diversos aspectos em que a tradução acompa-
4 nha a afirmação da soberania e da cultura que se exprime na nossa língua e o seu diálogo com as outras culturas.

5 O processo da mercantilização da cultura e da inserção subalterna do nosso país num mercado cultural internacional em
6 que predomina a expressão anglo-saxónica (que predomina também nas fontes noticiosas e na programação audiovisual)
7 tem tido manifestas repercussões na actividade e na qualidade da tradução.

8 As grandes editoras, que querem vender rapidamente cada “best-seller” para beneficiar da sua promoção internacional,
9 entregam as traduções em regime de tarefa pelo menor preço e o menor prazo a trabalhadores sem formação ou experiên-
10 cia específica, a grupos avulsos e precários de tradução, sacrificando no processo a própria língua e a qualidade da ex-
11 pressão literária. Esta situação, associada à supressão dos revisores literários é directamente responsável pelo abaixamen-
12 to da qualidade dos *produtos* editados e mais uma consequência da precarização de cada vez mais momentos e agentes
13 do processo de produção do livro, a par da concentração cada vez mais acentuada das empresas editoriais em grupos
14 económicos que competem entre si, no chamado mercado, pela venda do produto com o menor custo de produção possível.

15 A resolução do problema passa por afrontar problemas sociais que são comuns a outras profissões ou actividades precari-
16 zadas como seja a contratação efectiva (com obrigações de formação e especialização) dos trabalhadores de tradução e
17 revisão. Importa colocar na ordem do dia a discussão sobre a caracterização social do tradutor e da função social da tradu-
18 ção, distinguindo o tradutor científico, literário e comercial e procurando dignificar a profissão do tradutor em exclusividade,
19 num momento em que o “mercado” procura que a tradução seja uma actividade supletiva desempenhada por trabalhadores
20 socialmente desprotegidos ou a cargo de outra entidade que não a encomendadora do trabalho literário. Há que repensar
21 colectivamente as tabelas de pagamento de referência atendendo à língua de origem e à especificidade de género do texto
22 a traduzir e em outros modos de enquadrar e proteger estes trabalhadores, cada vez mais reduzidos a tarefeiros precários
23 sem qualquer vínculo, vendedores de peças ocasionais a preços cada vez mais reduzidos, sem auferirem quaisquer direi-
24 tos de autor, nem beneficiarem dos lucros que o seu trabalho venha a produzir ao longo do tempo. Há que fazer com que o
25 critério primordial para a adjudicação de um trabalho não seja o do orçamento mais baixo feito no mais curto espaço de
26 tempo, critério que tem subjacente a visão do tradutor apenas como mais um custo de produção.

27 Haveria ainda que apontar para a criação de instrumentos sociais de enquadramento da luta dos tradutores, dinamizando
28 associações profissionais de classe de feição mais ou menos sindical. A exploração de que são alvo aqueles que se ocu-
29 pam da tradução também está relacionada com a sua dispersão, incapacidade de organização e reivindicação socioprofis-
30 sional. Na mesma ordem de considerações se deve pensar o problema da revisão de texto, cada vez mais suprimida do
31 processo editorial, reduzida à mera correcção informática dos documentos, à revisão feita pelo próprio autor ou por traba-
32 lhadores não especializados, ou imposta em metas impossíveis de cumprir.

33 3 - A intervenção social dos intelectuais, as suas organizações e a acção do Partido

34 3.1 - As lutas e a ligação às massas

35 Um significativo número de membros do Partido intervém em organizações que representam profissões e actividades de
36 intelectuais. Muitos dos locais de trabalho e das tarefas desempenhadas por intelectuais comunistas representam posições
37 estrategicamente relevantes para o reforço da intervenção e da influência do PCP. A actividade organizada dos intelectuais
38 comunistas em estruturas de massas e organizações unitárias necessita de ser reforçada, com quadros, com discussão
39 colectiva e com um maior enquadramento colectivo dos quadros que nelas participam.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 A acção do Partido tem de se aprofundar e desenvolver:
- 2 - na afirmação própria de soluções para os problemas imediatos, mas também na afirmação de uma perspectiva de conjun-
- 3 to e na afirmação do projecto transformador e revolucionário de que somos portadores;
- 4 - na elevação da compreensão do papel da luta e da acção de massas, do papel do esclarecimento e da mobilização colec-
- 5 tiva por objectivos concretos e pela ruptura com as políticas de direita, na formação da consciência social, na transformação
- 6 da consciência social em consciência política, da possibilidade e da necessidade de derrotar a política de direita e de cons-
- 7 truir uma alternativa, só possível com uma regular participação e o aumento da militância;
- 8 - garantindo o funcionamento regular dos organismos de membros do Partido que intervêm em organizações e movimentos
- 9 de massas, reforçando a prática de informação e discussão sobre estas tarefas e considerando as necessárias linhas de
- 10 apoio à intervenção e formação dos quadros
- 11 - avaliar da necessidade de promover a discussão unitária sobre a criação de novas estruturas que correspondam a neces-
- 12 sidades de organização que sectores sintam ou que a realidade conjuntural exija
- 13 - num reforço da discussão sobre como intervir organizadamente nas estruturas existentes, ultrapassando a mera constata-
- 14 ção da ineficiência, inoperacionalidade ou afastamento dos interesses que deveriam defender, a concorrência sem perspec-
- 15 tiva aos actos eleitorais e começando a dinamizar e influenciar organizações institucionalizadas e sem uma vida interna
- 16 participada.
- 17 - tendo em consideração as características do Sector, as condições de exercício das várias profissões intelectuais e a im-
- 18 portância prioritária de que se revestem (quer pela concentração de trabalhadores quer pela sua importância estratégica),
- 19 consideram-se prioritários para a intervenção de massas e para o reforço do trabalho político unitário os estabelecimentos
- 20 de Ensino Superior, as instituições das Artes do Espectáculo e as empresas de Comunicação Social, devendo também os
- 21 outros subsectores definir quais as suas linhas, formas e áreas de intervenção.
- 22 - a ligação das organizações e militantes do Partido às massas, conhecendo a realidade, os problemas e aspirações dos
- 23 trabalhadores e do povo para sobre eles agir, esclarecer, organizar, mobilizar, é condição essencial para o alargamento da
- 24 influência partidária e concretiza-se de diferentes formas, linhas de trabalho e iniciativas. Uma organização partidária está
- 25 em melhores condições para assumir, de facto, o seu papel de vanguarda quando é conhecedora dos problemas dos traba-
- 26 lhadores e de outras camadas sociais e está inserida no meio e estruturada para agir face à realidade onde se insere.
- 27 Desde a última Assembleia de Organização, os militantes organizados no SI e as estruturas unitárias acompanhadas no
- 28 âmbito do trabalho do Sector intervieram, dinamizaram e participaram nas acções e nos processos de luta, com destaque
- 29 para as áreas da Cultura, dos Trabalhadores de Espectáculos e dos Bolseiros de Investigação Científica. Além de concen-
- 30 trações, reuniões de trabalhadores, abaixo-assinados e outras iniciativas de reivindicação e protesto mais direccionadas
- 31 para o seu âmbito de representação, nota ainda para a participação dos trabalhadores intelectuais nas grandes acções de
- 32 massas do Movimento Sindical Unitário.
- 33 Este alargamento reflecte-se na preparação de grandes iniciativas de luta, como foi o caso da Marcha contra o Desemprego
- 34 realizada entre 5 e 13 de Outubro de 2012, das Greves Gerais de 14 de Novembro de 2012 e de 27 de Junho de 2013,
- 35 bem como das grandes manifestações de 29 de Setembro de 2012 e de 19 de Outubro de 2013.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 A acção dos trabalhadores intelectuais passou pela participação nos piquetes de greve, pela edição e distribuição de docu-
2 mentos específicos de mobilização, pela realização de plenários em empresas; pela pintura de pichagens e murais; pela
3 colocação de faixas e colagem de cartazes. Os meios electrónicos de contacto e difusão de informação assumiram também
4 um papel de destaque nestes processos de luta, complementando as tradicionais formas de organização e mobilização.

5 **3.2 - As organizações**

6 **3.2.1-Sindicatos**

7 Num momento em que se colocam enormes exigências ao movimento sindical, são fundamentais novas dinâmicas e o
8 reforço do sindicalismo de classe para enfrentar a ofensiva contra os direitos e a acção exploradora do capital e para
9 contribuir para a criação de condições que abram caminho à ruptura com a política de direita e à construção de uma
10 alternativa política patriótica e de esquerda.

11 Num contexto de forte agudização da luta de classes, emergem e adquirem novos contornos velhas linhas de ataque ao
12 movimento operário e sindical de classe. Assim, a par de medidas que condicionam o exercício de direitos sindicais com
13 consagração constitucional (como o direito à greve ou à contratação colectiva), surgem novos actos de ingerência e abuso
14 do poder político que visam impor limites à liberdade, independência e autonomia sindicais. É neste campo que se insere a
15 tentativa de imposição, por via estatutária, de um modelo de organização e funcionamento das organizações sindicais
16 assente em tendências de natureza político-partidária e na prevalência de interesses de grupo em detrimento dos reais
17 interesses de classe dos trabalhadores.

18 Só a afirmação das características e natureza da CGTP-IN e do movimento sindical de classe é do interesse dos
19 trabalhadores. Este é um caminho que continuará a contar com a participação e intervenção dos comunistas, em unidade e
20 conjugação com outros sindicalistas, sem filiação partidária ou de outras sensibilidades políticas, ideológicas ou religiosas.
21 O importante papel dos comunistas no movimento sindical e nas organizações de trabalhadores em geral resulta do natural
22 reconhecimento, pelos trabalhadores, de que os comunistas agem na defesa firme e coerente dos seus interesses e
23 direitos, um património de confiança a preservar e ampliar.

24 - **Sindicato Nacional dos Psicólogos** - No momento em que se vivem os maiores ataques aos direitos de quem trabalha,
25 o reforço e intervenção do sindicato estabelece-se como prioridade de intervenção dos comunistas, enquanto organização
26 privilegiada de contacto com psicólogos, permitindo o conhecimento das suas dificuldades, contribuindo para uma maior
27 consciência social que os ganhe para a luta por melhores condições de vida e pelos seus direitos. Os comunistas, pela sua
28 forma de trabalho e de contacto humano, contribuem para o prestígio e trabalho efectivo do sindicato.

29 Com as dificuldades comuns a outros sindicatos de pequena dimensão, o sindicato dos psicólogos tem promovido uma
30 variada actividade, com o objectivo de unir os psicólogos, em geral dispersos e trabalhando isoladamente. Da acção no
31 presente mandato, destaca-se a orientação para os locais de trabalho, com presença no Centro Hospitalar Lisboa Norte e
32 na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

33 - **Sindicato dos Jornalistas** – O Sindicato dos Jornalistas atravessou um período de algumas dificuldades em termos de
34 envolvimento e renovação dos seus quadros, facto que se tornou também num obstáculo em termos de intervenção nos
35 locais de trabalho. Apesar disso, o sindicato teve um papel fundamental nas lutas que se desenvolveram no sector da
36 Comunicação Social, como foi o caso da RTP e da Controlinveste/Global Media Group.

37 Em Dezembro de 2014, as eleições para os Corpos Gerentes ditaram a derrota da lista unitária que era o projecto de
38 continuidade, apesar do grande esforço de renovação e alargamento que foi realizado.

39 Face à actual realidade da CS é tarefa dos comunistas intervirem nas empresas, nomeadamente como delegados
40 sindicais, membros das CTs e integrando os Conselhos de Redacção. Onde estes organismos não existem é tarefa dos

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 trabalhadores comunistas promoverem a sua eleição. A sindicalização é outro dos deveres dos comunistas. A
2 participação no SJ, no actual momento, ganha uma importância determinante na defesa dos direitos e do sindicalismo de
3 classe.
- 4 - **CENA** - Desde a última AOSI, e depois de ter falhado a possibilidade de fusão com o STE, o Sindicato dos Músicos
5 alargou o seu âmbito dando origem ao CENA - Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual.
6 Este novo Sindicato é bastante influenciado na sua acção por aquilo que eram as reivindicações do movimento dos
7 Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual.
- 8 É fundamental o desenvolvimento de um trabalho de reaproximação desta estrutura ao sindicalismo de classe, que defenda
9 intransigentemente os direitos dos trabalhadores e que aproxime o Sindicato dos locais de trabalho, ultrapassando assim
10 algumas dificuldades de enquadramento e de relacionamento com o MSU.
- 11 Apesar dessas dificuldades, é de salientar que o CENA desenvolveu algumas lutas concretas importantes e que marcaram
12 a agenda sindical do sector - Metropolitana, Dialectus, Ensino Artístico, Teatro Rápido. Este Sindicato, tendo em conta as
13 dificuldades financeiras e a baixa consciência de classe dos trabalhadores do sector, conseguiu números interessantes na
14 sindicalização, contando com cerca de 200 novos associados desde a sua formação em 2012.
- 15 - **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL)** – A defesa da Escola Pública, de um Ensino Superior e de um
16 Sistema Científico e Tecnológico reconhecidos como Serviço Público e Função Social do Estado, no quadro de uma
17 profunda ofensiva desferida contra os direitos dos professores exigem o desenvolvimento da luta, e o empenho das
18 estruturas sindicais em defesa dos seus direitos. É necessário um forte sindicato que prossiga uma correcta orientação
19 sindical e de classe, mobilizador dos docentes e profundamente ligado à Escola. O processo de degradação do SPGL tem
20 de ser combatido, sendo necessário retomar o caminho de forte ligação às escolas, com o alargamento da rede de
21 delegados sindicais e a realização de reuniões sindicais. Os professores comunistas têm um importante papel no
22 esclarecimento e mobilização dos outros professores, no sentido de retomar um rumo na prática sindical que esteja de
23 acordo com os princípios fundadores do SPGL.
- 24 - **Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos (STE)** – Tem desenvolvido uma intensa actividade, tanto no plano da
25 defesa dos interesses dos trabalhadores que representa, nomeadamente apoiando-os juridicamente em casos de litígio
26 com entidades patronais, como ainda na defesa do interesse colectivo do Direito à Cultura constitucionalmente consagrada.
- 27 Desde a última assembleia, o STE reforçou o seu prestígio junto dos trabalhadores, aprofundando a ligação a vários locais
28 de trabalho onde há uma grande concentração de trabalhadores, nomeadamente a Plural e a SP Televisão, levando mesmo
29 a processos que ditaram a melhoria das condições de trabalho na Plural, resolvendo-se vários problemas de segurança.
30 Acompanhou de perto vários processos de luta no TNSC, com destaque à greve às horas extraordinárias. Desenvolveu um
31 trabalho de discussão do Acordo de Empresa do TNDMII, estando na altura da AOSI a discutir com os trabalhadores a
32 forma de o concretizar. A par disto, o STE foi acompanhando diversos processos - desde a extinção de empresas
33 municipais da cultura até à alteração do estatuto do CCB, momentos que envolveram alterações substanciais na realidade
34 laboral dos trabalhadores destas empresas.
- 35 No Plano institucional, o STE tem defendido mais verbas para a criação artística, tendo mesmo em 2014 recolhido centenas
36 de assinaturas em poucos dias exigindo a concretização da meta de 1% do O.E. para a cultura. Defendeu também a não
37 redução dos orçamentos dos Teatros Nacionais e iniciou a discussão de um estatuto do artista.
- 38 O STE sempre lutou pelo fim dos falsos recibos verdes e o aumento do financiamento público, elementos essenciais para
39 garantir uma verdadeira democracia cultura e do cumprimento do direito constitucional à criação e fruição cultural.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 - **Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ)** – Desde a Assembleia Constituinte de 24 de Março de 2012, o STARQ viu-se a braços com um complicado processo de aprovação dos seus Estatutos por parte do Ministério do Emprego e Segurança Social. Recusando as várias formulações que têm vindo a ser propostas, o Ministério tem apontado o artigo relativo ao direito de tendência como impeditivo da aprovação dos Estatutos do Sindicato.

Esta situação tem sido um real obstáculo ao desenvolvimento do trabalho do STARQ. Ainda assim, o Sindicato tem conseguido realizar sucessivas Assembleias de Revisão de Estatutos, envolver os associados na discussão do Plano de Actividades e Orçamento, realizar sessões de esclarecimento, participar nas iniciativas de luta do Movimento Sindical Unitário e começar a intervir nos locais de trabalho para resolução dos problemas concretos dos trabalhadores.

9 - **Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (CPQTC)** – A actividade da CPQTC norteia-se pelos princípios do sindicalismo de classe defendidos pelo Movimento Sindical Unitário. De entre os objectivos da CPQTC destacam-se: a defesa dos direitos e interesses socioprofissionais dos quadros; o alargamento e desenvolvimento da unidade na acção das associações sindicais representativas de quadros e a promoção da intervenção dos quadros no desenvolvimento e modernização da sociedade. Estão filiados na CPQTC 13 sindicatos, 12 dos quais verticais e 2 horizontais que, no seu conjunto, representam cerca de 40 mil quadros técnicos e científicos. A CPQTC realizou o seu 10.º Congresso em Fevereiro de 2015 e pretende o reforço da sindicalização de quadros técnicos, contra a precarização do emprego. É de fundamental importância o aumento da participação dos sindicatos filiados na vida e actividade da CPQTC, procurando reforçar a Confederação com novas adesões.

3.2.2.- Ordens Profissionais

A questão das ordens profissionais envolve aspectos políticos de grande importância para a actividade do SI/ORL. Em primeiro lugar, a questão da sua natureza de órgãos corporativos nos quais o Estado delega competências de regulação profissional. São associações públicas criadas pelo Estado, de inscrição e quotização obrigatória, que controlam o acesso à profissão, regulamentam o seu exercício e exercem poder disciplinar sobre os seus membros. Historicamente associadas às “profissões liberais” (Advogados, Médicos, Engenheiros) abrangem hoje áreas profissionais que tradicionalmente não se incluíam nessa designação.

A sua natureza e funções estão hoje em larga medida em contradição com a situação objectiva existente nas profissões abrangidas: não já profissões de exercício liberal em que a concorrência interna é gerida por regras deontológicas, mas profissões exercidas generalizadamente em regime de assalariamento, em que a relação, seja do contrato de trabalho ou do vínculo precário, é a da compra e da venda da força de trabalho.

Esta condição objectiva levou a que surgissem organizações sindicais onde anteriormente a Ordem corporativa tinha o exclusivo da representação profissional, como sucedeu com os Médicos. Mas verificaram-se igualmente processos de sentido inverso: a criação de ordens onde anteriormente existiam sindicatos ou associações profissionais, como sucedeu com os Arquitectos ou os Psicólogos. Outras profissões (Biólogos, Economistas, criaram as suas Ordens).

Objectivamente, o significado desses processos é, por um lado, o da constituição de organizações às quais é vedada, estatutariamente, a defesa de qualquer reivindicação de carácter económico ou social. Por outro lado, a expectativa de afirmação de uma profissão pela via administrativa e institucional, expectativa que não é dissociável da persistência da nostalgia de uma elite profissional, real ou imaginária.

Existe em todas as profissões intelectuais uma forte noção de que os problemas com que se deparam exigiriam formas de representação profissional capazes de assumir a defesa das condições de prestação do trabalho e as reivindicações de carácter económico e social. E essa noção aponta para a organização de carácter sindical. Mas não é correcta uma contraposição simplista entre sindicato e ordem.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 Em primeiro lugar, pela própria concepção que os comunistas têm da intervenção sindical que, considerando o sindicato
2 como uma organização que deve ter no centro da sua atenção a defesa dos interesses e direitos económicos e sociais dos
3 trabalhadores, entende que a sua intervenção não se deve limitar a isso. O sindicato, organização de classe, não cumpre
4 verdadeiramente a sua função se não integra cada reivindicação concreta e imediata na perspectiva do papel dos
5 trabalhadores no progresso e na transformação da sociedade. E essa concepção é particularmente relevante se se fala das
6 profissões intelectuais. É essa a experiência, por exemplo, do impressionante movimento que conduziu à constituição, após
7 o 25 de Abril, dos grandes sindicatos unitários de professores.

8 Depois porque, independentemente da sua natureza e orientação actuais, as ordens profissionais são – ainda que por via
9 estritamente administrativa – organizações representativas da massa de trabalhadores envolvidos. E em nenhum caso se
10 poderá dizer que seja impossível influenciá-las no sentido de uma orientação progressista, ou trabalhar para conseguir
11 nelas uma influência determinante.

12 Existe, assim, uma dupla perspectiva em relação à representação profissional dos trabalhadores intelectuais: a
13 necessidade de encontrar (onde não existam ainda) formas de organização que dêem expressão à sua condição de
14 trabalhadores assalariados; e a necessidade de conseguir formas de organização que dêem expressão à afirmação social,
15 cultural, científica, técnica, artística, deontológica, da sua profissão na sociedade, sejam elas as ordens existentes ou não.

16 A VI AOSI saudou, justamente, a criação do Sindicato dos Arqueólogos. A VII AOSI aponta uma dupla orientação ao
17 trabalho de alargamento da influência de massas do Partido na área do SI/ORL no plano específico das organizações de
18 classe profissional: encarar as formas mais apropriadas a cada área para conseguir elevar a formulação e expressão das
19 reivindicações económicas e sociais, associadas a uma forte afirmação profissional específica; encarar as formas de intervir,
20 nas ordens e outras organizações existentes – nomeadamente através da participação nos respectivos actos eleitorais – no
21 sentido de influenciar uma orientação que corresponda à aspiração dos seus trabalhadores a um papel, profissionalmente
22 satisfatório e socialmente reconhecido, na perspectiva do progresso e da transformação da sociedade.

23 3.2.3- Outras organizações de carácter socioprofissional

24 - **Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC)** – A OTC, fundada em 1974, é uma associação socioprofissional que
25 pretende contribuir para a salvaguarda dos direitos e condições de trabalho de todos quantos desenvolvem a sua actividade
26 nos vários sectores e instituições do SCTN; para a defesa e estímulo da actividade científica em Portugal; para a definição
27 de uma política científica nacional; para uma correcta aplicação da Ciência ao serviço do Povo Português, ao serviço da
28 Paz, do progresso e da cooperação entre os povos. Desde 1981 que a OTC é filiada e participa regularmente nas
29 actividades da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos, com sede em Paris, e integra há vários anos os seus
30 órgãos dirigentes.

31 Pela importância e prestígio inegáveis que tem, é fundamental garantir um trabalho regular e a divulgação das suas
32 actividades, como é exemplo o conjunto de sessões de apresentação que tem vindo a ser feito, por forma a alcançar cada
33 vez mais trabalhadores científicos e a massificar a importância da ciência..

34 - **Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC)** - A ABIC, fundada em 2003 e com cerca de 900 sócios, é
35 uma associação de âmbito nacional, com núcleos organizados no Minho, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto, e tem como
36 objectivos dinamizar e congregar esforços para melhorar o estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, numa tentativa
37 de alterar o panorama actual e contribuir para o reconhecimento e dignificação dos profissionais que exercem investigação
38 científica enquanto bolseiros.

39 Esta associação engloba entre os todos os bolseiros actualmente existentes no Sistema Científico e Tecnológico Nacional
40 (SCTN), bolseiros de investigação, Doutoramento, Pós Doutoramento, etc. O SCTN depende actualmente da utilização

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 abusiva de bolseiros, que constituem a maioria dos seus recursos humanos, para assegurar tarefas e necessidades
2 permanentes, seja ao nível técnico seja ao nível da investigação, o que representa uma absoluta precarização de milhares
3 de trabalhadores altamente qualificados. Os investigadores com bolsa são considerados trabalhadores para os dados e
4 estatísticas oficiais, não estando depois reconhecidos como tal no seu vínculo contratual.

5 Casos de recurso ao vínculo de bolsa para a contratação precária têm sido verificados de forma extensiva, onde várias
6 instituições o usam para a contratação de electricistas, pedreiros e jardineiros.

7 No âmbito do SCTN, o investigador com bolsa encontram-se sempre na posição mais frágil. A sua precariedade torna-o o
8 elo mais fraco em todas as relações existentes, seja com a instituição de acolhimento, seja com os responsáveis pelo
9 acompanhamento do seu plano de trabalho. A precariedade deste vínculo e o seu uso extensivo no STCN são expostos de
10 forma clara com a rápida destruição do mesmo pelas políticas de corte no número de bolsas atribuídas pelo actual governo.

11 A reivindicação central da ABIC tem como objectivos principais garantir que o pessoal de investigação científica,
12 independentemente da fase da carreira em que se encontre e de desenvolver ou não actividades conducentes à obtenção
13 de um grau académico, veja reconhecido o trabalho que desenvolve e dignificada a sua condição, beneficiando de um
14 conjunto de direitos sociais básicos e acolher na legislação nacional as recomendações constantes da Carta Europeia do
15 Investigador. Trata-se no fundo de garantir a substituição das bolsas por contratos de trabalho, valorizando e dignificando o
16 trabalho dos que realizam investigação científica sob a forma de "bolseiros".

17 Outra das reivindicações da ABIC passa pela necessidade urgente de actualizar o valor das bolsas que viram vários
18 subsídios cortados desde 2012, entre os quais os subsídios de composição gráfica da tese e os subsídios para divulgação
19 de trabalho científico em conferências etc. A última actualização de valores aconteceu em 2002 e desde então, segundo a
20 ABIC, o poder de compra dos bolseiros decaiu mais de 20%, valores que rapidamente se agravarão perante o brutal
21 aumento do custo de vida com que estamos confrontados.

22 A APE poderá e deverá dar seguimento a uma postura de exigência de direitos e projecção da literatura portuguesa e dos
23 seus criadores junto dos órgãos de Estado responsáveis pelo cumprimento da CRP.

24 - **Associação Portuguesa de Escritores (APE)** – A APE foi constituída a 13 de Abril de 1973, tendo como Presidente da
25 Direcção José Gomes Ferreira, da AG Sophia de Mello Breyner e do CF Fauré da Rosa. Com cerca de 2.200 associados, a
26 APE não pode descurar o carácter socioprofissional do trabalho do escritor, bem como o acompanhamento, defesa e
27 cumprimento dos contratos estabelecidos entre este e os editores, das suas condições de trabalho e da cooperação estreita
28 e efectiva com os diversos países de língua oficial portuguesa. A memória e preservação do nosso património literário deve,
29 igualmente, merecer atenção, apoio e difusão através da APE. De igual modo, a acção crítica e teórica, a divulgação de
30 novos textos (sobretudo, de novos autores) através dos órgãos próprios da associação, deve constar das preocupações
31 continuadas do funcionamento da associação.

32 - **Sociedade Portuguesa de Autores (SPA)** – A SPA é uma Sociedade de âmbito nacional agregando os criadores das
33 artes do espectáculo, cenógrafos e escritores (considerando aqui os autores de teatro ligeiro, dramaturgos, letristas e
34 ficcionistas). A SPA reúne um vasto leque de trabalhadores intelectuais procurando, no seu âmbito, a defesa e pagamento
35 dos seus direitos autorais. De tipo cooperativo, a SPA é uma vasta e prolixa sociedade de autores, à qual cabe a cobrança
36 de direitos autorais em todo o território nacional e no estrangeiro – através de

37 protocolos estabelecidos com as suas congéneres – por forma a salvaguardar os direitos dos autores por ela representados.

38 Os escritores poderão, igualmente, estabelecer os seus contratos através da SPA ficando, desse modo, juridicamente
39 salvaguardados face aos constantes atropelos que, neste tipo de relações contratuais, são quase norma instituída por
40 grande número de editoras.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 3.2.4. Outros movimentos de massas e por objectivos concretos

2

3 **Manifesto em defesa da Cultura** - Desde a realização da VI AOSI, a luta em torno da Cultura alcançou grande relevo. O
4 lançamento do Manifesto em defesa da Cultura em Dezembro de 2011 marcou o início da constituição deste movimento,
5 que alcançou expressão nacional com a criação de vários núcleos.

6 A partir desse momento, além da acção direccionada às questões da Cultura, o Manifesto esteve presente em todos os
7 grandes momentos da luta do povo português contra a política de austeridade, em defesa dos seus direitos e da
8 Constituição, pelo emprego, pelo desenvolvimento, pela justiça social, contra a destruição do país, da cultura e das vidas
9 das pessoas.

10 No que concerne especificamente à Cultura, o Manifesto lutou contra o desinvestimento e desresponsabilização do Estado
11 na cultura; contra a política mercantilista e privatizadora que tem orientado os governos do nosso país; contra o
12 desmantelamento do serviço público de cultura, que torna inoperacionais os serviços do Estado de apoio financeiro,
13 administrativo e técnico às artes, ao património, à investigação e à dinamização cultural; contra a política de direita que
14 deixa em agonia o tecido cultural português e que destrói décadas de esforço e construção; contra a destruição do emprego
15 na cultura e o trabalho com direitos. Na sua acção, o Manifesto em defesa da Cultura lutou por uma política alternativa que
16 ponha em prática as obrigações constitucionais que garantem o direito de todos à cultura; lutou pelo direito de todos à
17 criação e à fruição; lutou em defesa do património histórico e artístico e em defesa do apoio incondicional à criação
18 contemporânea, património do futuro; lutou pelo valor sem preço da cultura; lutou e afirmou no debate político e na
19 reivindicação de uma nova política para o país, a exigência de 1% para a cultura.

20 O núcleo de Lisboa do Manifesto em defesa da Cultura tem assumido um papel particularmente activo e reivindicativo, com
21 uma forte vertente de acções de agitação e de massas. Destaque para a grande iniciativa “Dentro de ti, ó cidade”, que
22 ocorreu em 3 de Maio de 2014, com um desfile de protesto a percorrer as ruas do Chiado e culminando com centenas de
23 pessoas no Largo do Teatro S. Carlos num espectáculo em defesa da Cultura. A iniciativa "Cultura em Luta – por outra
24 política para a cultura" que, juntamente com 62 outras organizações de âmbito nacional, regional e local, foi desenvolvida
25 em várias cidades ao longo do mês de Junho, alargou a luta em defesa da cultura e por outra política a um amplo leque de
26 organizações em todas as áreas da actividade cultural, teve expressão de massas e estabeleceu um novo patamar de
27 intervenção.

28 O Manifesto tem-se revelado como um importante veículo de alargamento da luta geral dos trabalhadores aos intelectuais e
29 outras camadas intermédias da população, ganhando a cada dia cada vez mais reconhecimento pela sua actividade. É
30 fundamental aproveitar as suas características e levar o trabalho mais longe, nomeadamente aos restantes concelhos do
31 distrito de Lisboa, aproveitando para dinamizar e reforçar laços com o movimento associativo popular local.

32 4- PARTIDO

33 A caracterização da situação que fizemos demonstra-nos que, sendo claro que as condições objectivas não são, ainda,
34 acompanhadas ao mesmo nível pelas subjectivas, se verificou também que a luta dos trabalhadores, incluindo dos
35 intelectuais, atingiu níveis mais elevados, seja pelo seu alargamento e dimensão, seja pelos objectivos e reivindicações.

36 De entre as condições subjectivas, além das que são características desta camada, das resultantes da
37 situação social e da brutal ofensiva ideológica em curso, destaca-se, para um Partido como o nosso, a organização. A
38 organização do Partido é o instrumento que temos para o conhecimento da realidade, a sua análise colectiva, a discussão e
39 decisão sobre como transformá-la, para a intervenção, para o combate político e ideológico, para a afirmação e reforço do
40 Partido. A História e a experiência de décadas de luta confirmam-nos que sem organização não há um trabalho regular e

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 consequente mas que, com ela, ainda que com avanços e recuos e com todas as dificuldades deste trabalho, a afirmação e
2 implantação do Partido e o desenvolvimento da luta são uma realidade.
- 3 Neste quadro político o aumento da militância e o consequente reforço do Partido revestem-se de uma enorme importância,
4 de forma a termos uma organização mais forte e estruturada conforme as necessidades de intervenção junto dos
5 trabalhadores e para aumentarmos a ligação às massas. O desenvolvimento do nosso trabalho deve ter em conta as cinco
6 direcções principais decididas pelo Comité Central:
- 7 – aumentar a capacidade de direcção, elevar a militância, alargar a responsabilização de quadros
 - 8 – promover o recrutamento
 - 9 – dar mais força à luta de massas e à intervenção política, estruturar a organização e melhorar o seu funcionamento
 - 10 – reforçar os meios de acção e intervenção do Partido, quanto à imprensa partidária, à informação e à propaganda
 - 11 – defender e reforçar a independência financeira do Partido
- 12 Com diferenças de estruturação entre si e mesmo em cada subsector ao longo do período decorrido desde a última AOSI,
13 os subsectores existentes funcionaram com regularidade e estabilizou-se a estruturação até agora definida. Aqui chegados,
14 importa consolidar a estruturação, a regularidade de trabalho, uma maior responsabilização de quadros para lá dos que
15 compõem os secretariados dos subsectores existentes e dinamizar os que não existem ou não funcionam. Assim, propõem-se
16 as seguintes linhas de trabalho:
- 17 – a realização em 2015 de Assembleias das organizações que as não realizam há mais de dois anos e a sua realização
18 de dois em dois anos
 - 19 – dinamizar o processo de criação do subsector do Ensino Superior e Investigação, onde ficariam organizados todos os
20 docentes do Ensino Superior e os Investigadores hoje dispersos por diversos subsectores, potenciando a intervenção
21 organizada junto destes milhares de trabalhadores
 - 22 – perspectivar a reformulação orgânica de alguns subsectores, quer decorrente das alterações provocadas pelo ponto
23 anterior, quer de outras necessidades de melhoria da intervenção
 - 24 – a realização com data fixa e regular dos plenários de militantes dos subsectores; estas reuniões, além da discussão
25 sobre a situação política, devem servir para aumentar o conhecimento da realidade sobre a qual o respectivo subsector
26 deve intervir e perspectivar formas de intervenção, bem como sobre a organização do Partido, incluindo a atribuição de
27 tarefas a camaradas que não apenas dos secretariados para a sua concretização
 - 28 – a reunião regular e calendarizada dos secretariados dos subsectores, permitindo uma melhor organização do trabalho
29 individual e colectivo, nomeadamente o controlo de execução e uma mais eficaz assunção do trabalho de direcção que
30 cabe a estes organismos
 - 31 – o reforço da estruturação, nomeadamente em núcleos por áreas profissionais dentro dos subsectores,
32 responsabilizando quadros para a sua dinamização
 - 33 – e, sobretudo, a criação de células de empresa, particularmente nos locais de maior concentração de trabalhadores
34 (empresas de comunicação social, universidades e estruturas artísticas públicas), com actividade própria; definidas as
35 empresas prioritárias destacar, se for necessário de fora dessas empresas, quadros que possam ter como sua tarefa
36 prioritária a criação de célula do Partido, sendo que uma parte significativa da dinâmica partidária deve estar virada para a
37 intervenção nas empresas e locais de trabalho e junto dos assalariados

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 As linhas de trabalho propostas pretendem ter uma organização mais ligada à realidade e, sobretudo, intervindo mais sobre
2 ela. Os subsectores existentes, com funcionamento regular e com os secretariados a exercerem o seu papel de direcção, a
3 criação de núcleos que estão já apontados, o funcionamento regular dos que já existem e a existência de células de
4 empresa permitirão ter uma organização mais dinâmica, ágil e afirmativa das propostas que temos.

5 4.1 -Reformados

6 Procurando dar resposta à necessidade de ter a organização como instrumento para a intervenção e considerando o
7 significativo envelhecimento da população, o elevado número de quadros reformados dos seus locais de trabalho com
8 grande experiência de Partido que temos no SI e a violenta ofensiva contra os direitos, condições de vida e dignidade deste
9 grupo social aponta-se como necessidade o aprofundamento da concretização das orientações definidas, conjugando as
10 forças que temos para a intervenção organizada no movimento unitário e noutras organizações com forte presença de
11 reformados, incluindo organizações de reformados de empresas ou grupos profissionais (como na RTP, no SPGL, em
12 Coros, em Universidades Seniores) tendendo a fortalecer a sua actividade política, social e cultural e a dinamização da luta.

13 Nesse sentido criámos uma Comissão para o trabalho dos reformados, que tem um funcionamento regular e objectivos de
14 trabalho definidos. Propõe-se como linhas de trabalho:

15 – a criação da célula dos reformados, para a qual seriam transferidos os camaradas reformados e já sem ligação efectiva
16 ao seu meio profissional e tendo em conta a consideração da especificidade de alguns subsectores

17 – a discussão dos problemas gerais dos reformados e os específicos e respectivas linhas de intervenção dos reformados
18 de profissões intelectuais

19 – a intervenção em estruturas unitárias e organizações associadas às profissões intelectuais

20 – a intervenção nas estruturas do MURPI e da FARPIL, procurando aí dinamizar actividade que atinja esta camada

21 – um melhor aproveitamento dos camaradas reformados para diversas tarefas do Partido que a solução orgânica
22 apontada proporciona

23 4.2 - Militância, formação e responsabilização de quadros

24 A militância é um elemento decisivo para o trabalho colectivo e para o reforço da capacidade de intervenção partidária. As
25 necessidades e as possibilidades que temos, no actual quadro político, exigem o aumento da militância, da compreensão
26 da sua importância, da assunção de mais tarefas pontuais mas sobretudo de responsabilidades concretas regulares, o que
27 convoca uma cada vez mais aprofundada preparação política de cada membro do Partido, de forma a dar-lhe a confiança
28 necessária ao esclarecimento, ao combate político e ideológico, à intervenção, à concretização das tarefas que lhe são
29 confiadas.

30 A preparação política de cada militante faz-se através da sua inserção no trabalho colectivo, na participação nas reuniões,
31 conhecendo e discutindo as propostas e orientações do Partido e a realidade sobre a qual intervimos, mas também ao
32 assumir tarefas e procurar caminhos e soluções para as concretizar, bem como prestar contas do trabalho feito ou das
33 dificuldades encontradas. Faz-se com a inserção na luta dos trabalhadores e do povo. Faz-se estudando, desde logo o
34 *Avante!* e o Militante, os documentos e tomadas de posição do Partido, os clássicos do marxismo-leninismo, a obra do
35 camarada Álvaro Cunhal, mas também se faz colectivamente, com a participação em acções e cursos de formação
36 organizados pela organização ou centrais.

37

38 4.3 - Acção de contactos com os membros do Partido

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 No Sector Intelectual é possível aumentar a militância. É, sobretudo, necessário. A acção de contactos com os membros do
2 Partido, que encerrámos, no essencial, permitiu-nos conhecer melhor os efectivos com que contamos, nomeadamente as
3 suas disponibilidades, vontades e capacidades. Feito todo este trabalho ficámos com cerca de ----- militantes no SI, com
4 os quais temos que ter contacto regular, atribuindo rapidamente, onde ainda não foi feito, um camarada que fique com a
5 tarefa de contacto com outro, que actualize os seus dados sempre que necessário, nomeadamente em caso de mudança
6 de local de trabalho ou de desemprego, que o informe e contacte sobre iniciativas, que o ganhe para a participação e que
7 lhe cobre as quotas.

8 O nosso trabalho de direcção, do Secretariado e Executivo da Direcção do Sector aos secretariados dos subsectores,
9 precisa agora de ser orientado para a reflexão sobre como potenciar os militantes que temos, com a atribuição de tarefas e
10 responsabilidades, conciliando as necessidades do Partido com as disponibilidades ou condicionantes apuradas. Os
11 organismos devem estar atentos à evolução dos quadros e procurar dar-lhes o devido apoio e acompanhamento para a
12 sua formação. Sem este apuramento e permanente acompanhamento não alargaremos o nosso trabalho, perderemos o
13 potencial que é cada membro do Partido e estrangularemos a resposta organizada num reduzido número de quadros, com
14 as óbvias limitações decorrentes. A responsabilização de quadros deve ser uma linha de trabalho central no nosso reforço
15 orgânico.

16 4.4 - Recrutamento

17 Recrutámos, desde a última AOSI, 45 novos militantes. A integração dos novos militantes, a atribuição de uma tarefa e o
18 seu enquadramento num organismo são decisivos para o efectivo aproveitamento da vinda de novos militantes ao Partido.
19 O levantamento de nomes para inscrição no Partido, da responsabilidade de todos os militantes e organizações, continua a
20 ser a principal arma para o recrutamento, devendo ser feito em todos os organismos com responsabilidade mas com
21 audácia e confiança. A vinda de sangue novo traz novas energias à organização e, muitas vezes, abre possibilidades de
22 intervenção anteriormente inexistentes, como se verificou, desde a última Assembleia do Sector, com o ARDEF e com as
23 Artes do Espectáculo, permitindo hoje ter estes dois subsectores a funcionar com dinâmica própria e num caminho de
24 aprofundamento da ligação às massas.

25 No seguimento da decisão da VIII AORL de recrutar 1000 novas camaradas nas empresas e locais de trabalho até à
26 próxima Assembleia, também no SI precisamos de tomar medidas para a concretização deste objectivo vital para o Partido
27 dos trabalhadores. Propõe-se:

- 28 – a realização de levantamentos de nomes em todas as organizações semestralmente
- 29 – um rigoroso controlo de execução da efectivação da abordagem ao nome sugerido
- 30 – um acompanhamento próximo aos que vimos contactando no âmbito do trabalho político unitário de forma a poder criar
31 condições para alguns recrutamentos

32 4.5 - Estilo de trabalho

33 Valorizando a intervenção e acção do Sector e considerando a necessidade do aperfeiçoamento do estilo de trabalho,
34 reafirma-se a importância para um Partido como o nosso da unidade e coesão em torno dos objectivos e dos princípios de
35 funcionamento, consagrados no Programa e nos Estatutos, assentes numa profunda democracia interna, numa única
36 orientação geral e uma única direcção central em que, entre outros aspectos, o trabalho e a direcção colectiva assumem
37 particular importância.

38 Importa reforçar um estilo de trabalho que privilegie:

- 39 – uma cada vez mais profunda ligação aos trabalhadores e às massas, que conheçam e discutam a realidade onde se

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 inserem e a enquadrem na situação política geral;
- 2 – o levantamento nas organizações das questões políticas a agarrar prioritariamente e a definição e planificação das
- 3 medidas para a sua concretização, incluindo destacamento de quadros
- 4 – a valorização e o estímulo à iniciativa dos militantes e organismos
- 5 – o reforço do rigor no trabalho partidário, concretamente na participação regular nas reuniões e na execução das tarefas,
- 6 justificando as ausências
- 7 – a atribuição, a um nível mais alargado, de uma tarefa a cada militante, com a perspectiva sempre presente do
- 8 alargamento do nosso trabalho a um maior número de camaradas
- 9 – o cumprimento das decisões tomadas colectivamente, com a planificação das medidas para as concretizar, a tomada de
- 10 iniciativa, a persistência perante as dificuldades e o respectivo controlo de execução e a prestação de contas

11 4.6 - Trabalho político unitário

12 O trabalho político unitário é uma das componentes essenciais da construção da alternativa política que preconizamos. Os
13 passos significativos que foram dados nos últimos anos, particularmente junto dos trabalhadores da cultura, demonstram-
14 nos as imensas possibilidades existentes. Conseguimos concretizar um notório alargamento dos nossos contactos,
15 materializados muitos deles em apoios à CDU em períodos eleitorais. Sendo uma tarefa desenvolvida de forma desigual
16 pelos subsectores, resultante também do maior ou menor enraizamento das nossas organizações no meio onde actuam, é
17 comum a todos a necessidade de envolver todo o colectivo partidário nesta discussão, responsabilizando todos os
18 activistas do Partido com a necessidade de contactar e envolver outros. Propõe-se a sistematização das seguintes
19 medidas:

- 20 – o funcionamento regular e o reforço da Comissão para o trabalho político unitário
- 21 – o levantamento regular, tendo em conta as evoluções na situação política e as transformações que provocam, de
22 nomes a abordar para discutir a situação política geral, questões sectoriais ou o apoio ao Partido e à CDU em períodos
23 eleitorais ou noutras iniciativas
- 24 – a identificação, em cada subsector, das questões políticas susceptíveis de promover a unidade
- 25 – a realização, pelo menos anualmente, de reuniões periódicas com independentes e com estruturas e organizações

26 4.7 - A imprensa do Partido

27 O reforço da difusão, da leitura e do estudo do órgão central do Partido, o *Avante!*, e do *Militante*, é um dever de todos os
28 quadros, condição indispensável para ter acesso à informação sobre a luta dos trabalhadores, do povo e do Partido, bem
29 como sobre questões internacionais, de forma fidedigna e com a nossa análise sobre os acontecimentos. A reflexão
30 teórica que é feita é também um contributo de grande relevo para a batalha política e ideológica em curso e para a
31 compreensão dos processos daí resultantes, analisados com a nossa base teórica e a reflexão e experiência do Partido.
32 Assim, devemos estimular junto de todos os militantes a compra e leitura do *Avante!* e do *Militante*, por assinatura ou no
33 Centro de Trabalho, ou a sua consulta na internet.

34 4.8 - Fundos e situação financeira

35 Se a compreensão da independência política e ideológica do Partido está generalizada na organização a compreensão
36 política da importância da independência financeira, e o prestígio que traz ao Partido esse objectivo, está muito aquém das
37 nossas necessidades. Isso reflecte-se nas debilidades do nosso trabalho de estruturação e de responsabilização de

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP

“Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 quadros para as tarefas dos fundos, bem como na insuficiente discussão que fazemos nas organizações, nomeadamente
2 das medidas a tomar para concretizar os objectivos que temos e seu controlo de execução.

3 O SI tem um valor absoluto relativamente elevado de receita de quotização. Contudo, mais de metade da organização
4 não tem a quota em dia o que, se por um lado demonstra as nossas dificuldades, por outro demonstra o potencial de
5 crescimento que existe. Propõe-se que se discuta o aumento do valor das quotas tendo como referência 1% da
6 remuneração mensal e que se tomem as medidas de organização e responsabilização de quadros, com mais camaradas
7 a assumir a responsabilidade de recebimento de quotas, de forma a ter 80% dos membros do Partido com a quota em dia.

8 A discussão nos organismos, de modo a que se alargue a compreensão que a recolha de fundos é uma tarefa de todos e
9 de cada um, bem como a responsabilização em cada subsector de um camarada com a tarefa dos fundos tem grande
10 importância. É preciso criar as condições de discussão colectiva para a apresentação de propostas e de medidas por parte
11 dos vários organismos do SI, a verter depois na Coordenadora de Fundos do SI, que terá que ter a participação de todas as
12 organizações e regularidade de funcionamento, competindo-lhe, além da troca de experiências, a preparação do trabalho
13 de controlo financeiro e apresentação de propostas aos organismos de direcção.

14 Revelamos grandes debilidades nas campanhas de fundos que habitualmente desenvolvemos. Dificuldades que se
15 comprova resultarem da nossa débil discussão e ainda mais limitada concretização das medidas para envolver a
16 organização e os amigos do Partido. A interiorização do discurso da crise, nos tempos mais recentes, tem sido um
17 obstáculo à concretização de abordagens a dezenas de pessoas que, sendo contactadas, dariam, como estão a dar,
18 contribuições importantes. O sucesso que está a ter a campanha de fundos para a compra da Quinta do Cabo comprova
19 as potencialidades existentes.

20 4.9 - Propaganda

21 Afirmando que o PCP se define como um partido de massas, que procura o alargamento da sua influência junto do povo
22 português, esta deve ser entendida como uma tarefa de extrema importância. As formas e estratégias de comunicação,
23 assumindo como objectivo a transmissão clara e eficiente da mensagem do Partido, contribuem decisivamente para a
24 construção de uma dimensão crítica e reflexiva nas massas, promovem a elevação da sua consciência política e são
25 consequentemente formas privilegiadas para o acréscimo da nossa capacidade de intervenção.

26 A influência nas massas implica necessariamente a constatação do seu estado de consciência e a observação continuada e
27 atenta da sua sensibilidade. E a eficiência dos nossos processos de comunicação exige a adaptação a este diagnóstico. Só
28 assim poderemos garantir que a mensagem do Partido pode ser em primeira instância recebida, e depois apreendida
29 objectivamente.

30 É essencial alimentar processos de comunicação que sirvam de forma eficaz a mensagem do Partido. São as formas de
31 comunicação próprias as que mais contribuem para que se desmontem as estratégias e os argumentos vigentes e as que
32 melhor servem a propagação e a recepção do nosso discurso. Para tal, o conhecimento da realidade e a capacidade de
33 iniciativa do Partido são decisivos, sendo uma linha de trabalho essencial a tomada de posição, sobre questões concretas
34 das empresas e locais de trabalho, sobre os problemas de cada profissão ou sector, sobre as propostas do Partido, bem
35 como a divulgação do imenso trabalho feito pelo Grupo Parlamentar nas nossas áreas de intervenção. A linha de trabalho
36 de edição de comunicados e boletins, em papel ou em suporte informático, tem que ganhar uma outra centralidade no
37 nosso trabalho.

38 Necessitamos de garantir agilidade na agitação e na propaganda, através de distribuição de documentos centrais,
39 pichagens, pintura de murais e criação de materiais digitais de circulação rápida.

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

1 Contudo, é igualmente importante que se concebam e criem, em função do contexto actual e das suas necessidades gerais
2 ou particulares, outras formas, fazendo criativamente uso dos diversos meios e ferramentas disponíveis e de outros que
3 possam ser colectivamente inventados, potenciando inclusivamente os contributos de quadros do Sector que têm formação,
4 trabalho e reflexão nestas áreas.

5 Para tal, a tomada de medidas para o reforço da nossa Comissão de Propaganda, com quadros e com meios, deve ser
6 concretizada.

7 **4.10 - Caderno Vermelho**

8 O Caderno Vermelho, importante publicação do Sector, que se afirma e prestigia em cada um dos seus números, que
9 contribui para a reflexão e análise sobre as questões da cultura, nas suas diferentes vertentes, que reflecte e analisa a
10 situação dos intelectuais, que se insere na batalha ideológica, consegue já hoje ser auto-suficiente em termos financeiros,
11 condição indispensável para a sua manutenção no formato actual. Pode ainda alargar muito a sua influência,
12 nomeadamente com a responsabilização de todo o Sector, particularmente dos seus subsectores, com a sua divulgação e
13 venda, bem como procurando dinamizar mais acções de apresentação e debate em torno dos seus conteúdos, à
14 semelhança do que conseguimos fazer com a última edição, que teve uma apresentação fora da Festa do *Avante!*, onde
15 anualmente é lançado. Potenciando a diversidade temática do Caderno Vermelho, a sua difusão orientada deve ter em
16 conta não só diferentes meios e suportes mas também diferentes áreas específicas da actividade intelectual.

17 **4.11 - Direcção**

18 A estrutura de direcção do Sector assenta na Direcção, no seu Executivo e Secretariado, com funções definidas para cada
19 um dos organismos, bem como nos Secretariados dos subsectores.

20 Persistiram alguns dos problemas já apontados em anteriores Assembleias: frequente ou permanente ausência de alguns
21 camaradas, neste caso aumentadas pela emigração ou transferência para outras organizações de um número significativo
22 de membros e, sobretudo, um défice na assunção do papel de dirigente do Partido, a este nível, com a necessária visão
23 global e integrada sobre o SI, sobre o seu enquadramento na vida e luta do Partido, bem como na responsabilidade que
24 tem cada um dos membros da Direcção de dirigir, enquadrado colectivamente, de dar opinião, de contribuir para a definição
25 da orientação e das linhas de trabalho em cada momento.

26 Importa que todos os membros da DSI tenham uma visão de todo o Sector, da sua realidade orgânica, dos aspectos
27 políticos prioritários da intervenção de cada subsector, bem como dar conta em cada subsector da actividade dos outros,
28 permitindo unificar a visão global da organização e enriquecer a reflexão e o trabalho, pela troca de experiências.

29 Apontamos para uma redução do número de membros da DSI, permitindo-lhe a operacionalidade que um organismo destas
30 características pode ter, mas suficientemente ampla para assegurar a ligação às organizações do Partido no SI, bem como
31 às organizações de massas e outras estruturas unitárias da nossa área de intervenção, onde se integrem os quadros que
32 se destacaram e assumiram responsabilidades desde a última AOSI.

33 **5 – Os intelectuais na luta pela alternativa**

34 O lema da VII AOSI, “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir - Unir” é o de uma organização do Partido.
35 Compromete directamente **estes** intelectuais comunistas, que assumem esta responsabilidade de combate perante o seu
36 Partido. Mas este lema é necessariamente também um compromisso **para fora**. O papel dos comunistas não é apenas o
37 de avançar na luta, é o de alargar as fileiras dos que nela participam, o de alargar o grande movimento de massas sobre
38 o qual caminha a alternativa ao “**estado das coisas actual**”. Um movimento de massas de ruptura com a política de

VII Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP “Intelectuais no combate do povo. Organizar – Intervir – Unir”

- 1 direita, pela alternativa patriótica e de esquerda e a construção da democracia avançada com os valores de Abril no
- 2 futuro de Portugal, tendo no horizonte o socialismo.

- 3 Há um sentido para a história, que é o da emancipação humana de todas as formas de exploração e opressão, o da
- 4 libertação de todo o potencial criador do trabalho humano. Esse sentido da história é um “**possível**” histórico. É construído
- 5 passo a passo. Avança por vezes de forma fulgurante, sofre em outros casos dramáticos retrocessos. Tem bases objectivas,
- 6 mas assenta também em sonhos milenares, em cuja formulação a arte, a ciência, a cultura e a técnica desempenham um
- 7 papel central. O lugar dos intelectuais é na construção desse possível. Enquanto intelectuais e enquanto trabalhadores,
- 8 parte integrante da força de massas que historicamente transforma e transformará o mundo.